

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**VISÍVEIS E INVISÍVEIS: PRÁTICAS E IDENTIDADE BISSEXUAL**

**CAMILA DIAS CAVALCANTI**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA AO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SOCIOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
PERNAMBUCO, SOB ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR  
DOUTOR REMO MUTZENBERG, PARA A OBTENÇÃO  
DE GRAU DE MESTRE EM SOCIOLOGIA.

Recife, Março, 2007

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**VISÍVEIS E INVISÍVEIS: PRÁTICAS E IDENTIDADE BISSEXUAL**

**CAMILA DIAS CAVALCANTI**

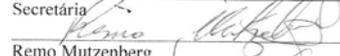
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA AO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
SOCIOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
PERNAMBUCO, SOB ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR  
DOUTOR REMO MUTZENBERG, PARA A OBTENÇÃO  
DE GRAU DE MESTRE EM SOCIOLOGIA.

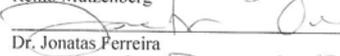
Recife, Março, 2007

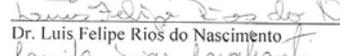
**Ata da Sessão de Arguição de Dissertação de CAMILA DIAS CAVALCANTI, do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.**

Aos vinte e quatro dias do mês de abril ano de dois mil e sete, reuniram-se na Sala de Seminários do 12º andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da Comissão designada para o **Exame de Dissertação de CAMILA DIAS CAVALCANTI**, intitulada: **“VISÍVEIS E INVISÍVEIS: PRÁTICAS E IDENTIDADE BISSEXUAL”**. A Comissão foi composta pelos seguintes professores: **Remo Mutzenberg - Presidente/Orientador; Jonatas Ferreira- Titular Interno – PPGS; Luis Felipe Rios do Nascimento – PPGA/UFPE – Titular Externo**. Dando início aos trabalhos o **Dr. Remo Mutzenberg** explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida passou a palavra à autora da Dissertação, para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua arguição, seguindo-se a defesa da candidata. Ao final da defesa, a Comissão Examinadora retirou-se, para em secreto deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retornar o **Dr. Remo Mutzenberg**, presidente da mesa e orientador da candidata solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão **aprovando a Dissertação por unanimidade**. E, nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada por mim, secretária do Programa, pelos membros da Comissão Examinadora e pela candidata. Recife, 24 de abril de 2007.

  
\_\_\_\_\_  
Secretária

  
\_\_\_\_\_  
Remo Mutzenberg

  
\_\_\_\_\_  
Dr. Jonatas Ferreira

  
\_\_\_\_\_  
Dr. Luis Felipe Rios do Nascimento

  
\_\_\_\_\_  
Camila Dias Cavalcanti

**Ela nunca quis que nos separássemos. Sempre achou que a empreitada seria difícil e dolorosa demais. Não porque ela duvidasse do meu potencial, mas tinha medo de que algo me acontecesse. Desde que parti, então, ela tem sido a minha maior força e o melhor estímulo. Como tudo na minha vida, este trabalho também é dela: minha lisinha, minha mãe, meu amor.**

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho somente se realizou graças a várias pessoas que estiveram comigo, dando força e estímulo para que ele se concluísse. Minha família, em especial minha mãe, foi fundamental nesses dois anos de curso. Como ingressei no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco vindo de fora e, vale salientar de muito longe, os amigos que aqui fiz foram valiosos tanto na minha adaptação ao curso como na aproximação com a própria cidade de Recife.

De forma especial quero agradecer ao professor Remo Mutzenberg, pela dedicação e paciência em que me orientou, e principalmente pela forma como ouviu minhas dúvidas e angústias tendo sido este tempo todo mais que um orientador, um amigo que pretendo levar para toda vida.

Ao Programa de Pós-Graduação pela oportunidade me dada e pelo conhecimento que aqui adquiri. Ao CNPq pelo financiamento, sem o qual seria impossível manter minha estadia em Recife e concluir o curso. Preciso também lembrar de dois professores que foram especiais em todo esse processo, agradeço ao professor Luiz Mello pelas discussões sempre calorosas, porém agradáveis e ricas. E a professora Eliane Veras que me acolheu em Recife como uma amiga de longa data.

Devo lembrar ainda que, os amigos que ficaram em Goiânia, nunca me abandonaram e sempre foram uma força extrema para que eu não desistisse do meu sonho. Por mais que ficar longe de casa fosse difícil. Em Goiânia também conheci o grupo Colcha de Retalhos - a UFG saindo do armário, onde pude participar de algumas reuniões que foram valiosas para a minha pesquisa em geral. E claro, não poderia deixar de

agradecer o Núcleo Bis e os seus coordenadores pela enorme disponibilidade e respeito que tiveram comigo, sem o qual esta pesquisa não seria possível.

Por todos os lugares que passei enquanto pesquisava e por todas as pessoas que conheci, agradeço e reconheço a minha enorme gratidão por perceber que sozinha não teria feito nada. Mas com fé, e acreditando naquilo que se faz as etapas podem até ser dolorosas, mas passam e servem de acréscimo para a vida. Este trabalho é resultado de muita andança, muita conversa e muito estudo, porém também de muita paixão por todos aqueles “amores que não se podem dizer”.

## **RESUMO**

Este trabalho problematiza a bissexualidade como prática, orientação e identidade sexual, tendo em vista a enorme polêmica que ela parece causar dentro do próprio movimento que se propõe a lutar pelas minorias sexuais. Sendo assim, o discurso dos bissexuais é analisado levando em consideração a possível discriminação que a bissexualidade sofre tanto da heterossexualidade como da homossexualidade. Considerando as práticas bissexuais tão legítimas como quaisquer outras, a perspectiva teórica adotada retoma os aspectos construídos das identidades, inserindo a bissexualidade em um possível processo de identificação e não como uma categoria fixa e encerrada.

Palavras chave: bissexualidade, discurso, identidade.

## **ABSTRACT**

This study looks into the bisexuality as a practice, orientation and sexual identity, taking into account the great polemics it seems to cause inside the sexual minorities' movement itself. As such, the bisexuals' discourse is analyzed considering the discrimination bisexuality is likely to suffer from both heterosexuality and homosexuality. Considering bisexual practices as morally acceptable as any other, the theoretical perspective adopted relates to the built aspects of identity, inserting bisexuality in a possible identification process and not as a fixed and closed category.

Key words: bisexuality, discourse, identity.

<b>SUMÁRIO</b>	
<b>APRESENTAÇÃO</b>	7
<b>CAPÍTULO I:</b>	
<b>BISSEXUALIDADE E SUAS FACETAS</b>	14
1 Bissexualidade e identidade	18
<b>CAPÍTULO II:</b>	
<b>ESTRATÉGIAS POLÍTICAS E IDENTIDADES ESVAZIADAS</b>	24
1 Pertencimento e reconhecimento das estratégias de luta	28
2 Uma estratégia <i>queer</i>	32
<b>CAPÍTULO III:</b>	
<b>MINORIAS SEXUAIS E SEUS SUJEITOS POLÍTICOS</b>	37
1 Uma perspectiva anti-essencialista das identidades	40
2 A relação entre o movimento homossexual e a bissexualidade	45
3 A articulação das identidades pode gerar uma representação mais efetiva	49
<b>CAPÍTULO IV:</b>	
<b>PRIMEIROS CONTATOS E APROXIMAÇÃO COM O TEMA</b>	60
1 O Núcleo Bis	63
2 Desconstruindo os mitos	71
3 A construção de um sujeito político bissexual	89
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	98
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	104
<b>ANEXO I</b>	

## APRESENTAÇÃO

A proposta inicial deste trabalho é o de realizar um estudo que permita identificar os diferentes discursos acerca da bissexualidade. Para tanto, tomamos como referência os discursos articulados pelo movimento de bissexuais que se propõem a trabalhar a sexualidade de forma mais igualitária, considerando suas diversas formas de expressão e de satisfação pessoal. O trabalho é exploratório, já que a sexualidade e, particularmente, as práticas sociais/sexuais, que não estão inseridas dentro da normalidade da heterossexualidade, são relegadas a um campo marginalizado e pouco discutidas dentro da academia.

Quando faço referência a pouca discussão sobre sexualidade, estou levando em conta o fato de que ela é pouco problematizada academicamente e assim, é também deixada de lado quando se trata de debater práticas sexuais marginalizadas e buscar inseri-las como objetos/sujeitos de análises. Digo isso porque, de forma alguma pretendo discordar de Foucault quando ele afirma todo um aparato entre sexo e verdade que faz com que o prazer de falar sobre a sexualidade aumente. Apenas aponto um ponto para tentar entender como essas sexualidades ditas desviantes se constituem e quer queira quer não, perpassam a sexualidade considerada legítima.

Especificamente, quanto à bissexualidade, a pesquisa pretende identificar os discursos presentes não apenas nas falas de pessoas ligadas a algum movimento de diversidade sexual, mas também de pessoas sem esse vínculo, embora o foco da pesquisa seja o núcleo Bis algumas falas vão permear este trabalho e ajudar na própria definição do que é bissexualidade, e que influenciam os indivíduos na afirmação ou não de uma identidade bissexual. Um outro aspecto é de como esses discursos possibilitaram criar um

espaço coletivo, onde os bissexuais encontram um lugar para dividir suas angústias ou questionamentos, proporcionando, assim, uma relação de pertencimento.

A escolha desta estratégia foi adotada pela falta de trabalhos, tanto bibliográficos quanto políticos, que tratam diretamente da bissexualidade e de movimentos articulados que visem a uma maior visibilidade de indivíduos que se assumam bissexuais. Não que eles não existam e é isso que tentarei demonstrar neste trabalho, porém a resistência em reconhecer um sujeito político bissexual e ao que diz respeito à própria existência da bissexualidade é, ainda, muito forte, mesmo dentro dos movimentos que podemos classificar como homossexuais.

Ao longo do trabalho, a bissexualidade será relacionada com o discurso do movimento homossexual a respeito das práticas bissexuais, mas também, com outras opiniões que coletei ao longo dessa pesquisa, como as entrevistas e o contato com listas de discussões na Internet que criaram uma primeira aproximação com o tema, e nortearam o que o discurso sobre bissexualidade apresentaria, desde já, posso adiantar que a dificuldade em se falar dessa orientação já apareceu assim que comecei a estudar sexualidade e a obter uma aproximação com o tema.

O fato da sexualidade vir ganhando cada vez mais espaços nas discussões atuais, tanto dentro das Ciências Sociais quanto em outras áreas, pode, talvez, ser explicada pela permanente modificação de valores em relação ao casamento, ao relacionamento entre pessoas do mesmo sexo, entre gerações diferentes e até mesmo na maneira de como os jovens, agora, estão estabelecendo suas relações afetivas/sexuais.

Estas mudanças começam a gerar concepções acerca da sexualidade que relativizam valores sedimentados e possibilitam uma maior legitimidade para práticas sexuais até então vistas como excêntricas ou desviantes. Isto vem ocorrendo, mesmo considerando as especificidades das diferentes situações, conforme as particularidades

regionais, sociais, culturais, geracional e outros elementos subjetivos que podem ampliar a capacidade de vivenciar coisas novas. Dentro deste contexto, podemos refletir melhor determinadas questões relacionadas à identidade sexual e de gênero e também os objetos de desejo que escapam à norma heterocêntrica.

Essas questões, que daí emergem, não pertencem apenas ao espaço privado, elas têm se tornado públicas, ou melhor, são trazidas para o espaço público como forma de garantir direitos a uma cidadania plena e, claro, buscar uma maneira de expressar suas identidades sem marginalização e discriminação.

Dentro do contexto de crise dos paradigmas tradicionais, onde perspectivas pós-estruturalistas assumem o seu espaço, as identidades passam a ser vistas como decorrentes de processos de identificação e não simplesmente de determinações ou da livre vontade de escolha dos indivíduos. Isto é o que possibilita pensar as identidades como construção. Aliás, todos esses pontos perpassam exatamente as questões da identidade e/ou das políticas de identidades (Bondi,1999). Como bem demonstrou Gayle:

El reino de la sexualidad posee también su propia política interna, sus propias desigualdades y sus formas de opresión específica. Al igual que ocurre con otros aspectos de la conducta humana, las formas institucionales concretas de la sexualidad en cualquier momento y lugar dados son productos de la actividad humana. Están, por tanto, imbuidas de los conflictos de interés y la maniobra política, tanto los deliberados como los inconscientes. En este sentido, el sexo es siempre político, pero hay períodos históricos en los que la sexualidad es más íntimamente contestada y más abiertamente politizada. En tales períodos, el dominio de la vida erótica es, de hecho, renegociado (Rubin, 1989, p.114).

A intenção deste trabalho não é abordar as teorias sobre sexualidade ou especificar os movimentos que, de maneira geral, ligam-se a ela por tentar refletir sobre as diferentes práticas. Busco, sim, analisar os discursos de alguns desses movimentos ou de teorias que trazem a percepção de uma sexualidade construída e, principalmente, discutem e contextualizam a identidade em um processo de identificação contínuo. Isto justifica a

importância de entender como “essas novas” práticas surgem, exigindo direitos políticos e reconhecimento.

A bissexualidade também é entendida e problematizada como uma das possibilidades de identificação a partir da qual se definem posições de sujeito e/ou atribuídas ao longo de suas trajetórias de vida. Isto é, o indivíduo nunca é entendido como universal ou um projeto acabado, mas sim em constante modificação que lhe permite ou leva a assumir uma ou outra posição no contexto social. Meu interesse maior é o de compreender como a bissexualidade é percebida e aceita na sociedade, particularmente por movimentos que trabalham com a diversidade sexual. Entendendo que, assim como a homo e a heterossexualidade, a bissexualidade é mais uma das orientações sexuais passível de ser agregada às identidades dos indivíduos, baseando-se no processo multidentitário que se caracteriza pelas diversas maneiras de identificação.

Essa linha entre identidade e representação, isto é, a tentativa de através de um processo de identificação buscar representatividade, no entanto, é muito tênue. A modernidade trouxe novidades no modo de se conceber a realidade social, bem como a forma em que os sujeitos se encaixariam nela. A questão da identidade ganhou mais força nas discussões sobre o lugar e o papel dos indivíduos na sociedade. Poderíamos até afirmar, que, nesse contexto, uma maior liberdade de escolha foi auferida. Contudo, conforme afirma Zygmunt Bauman,

quando a identidade perde as âncoras sociais que a faziam parecer ‘natural’, predeterminada e inegociável, a ‘identificação’ se torna cada vez mais importante para os indivíduos que buscam desesperadamente um ‘nós’ a que possam pedir acesso (Bauman, 2005, p.30).

Isto se torna mais evidente se pensarmos no caso da identidade sexual, já que, aparentemente, uma das grandes verdades, a que poderíamos nos agarrar, estava relacionada ao nosso sexo biológico e a sua continuidade cultural, o gênero:

masculino/feminino. Isto implicou em toda uma regulamentação que se seguiu: o controle dos nossos corpos, a reprodução e a delimitação do desejo sexual, via de regra, a partir da visão sobre heterossexualidade.

Quando aquelas certezas se tornam instáveis, defrontando-se com outras possibilidades de identificação mais flexíveis ou performáticas, o que era dito como normal ou natural passa também a ser resignificado, ou, ao menos, a entrar em choque com essas outras formas de vivências que, até então, pareciam impossíveis ou absurdas.

O anseio por identidade vem do desejo de segurança, ele próprio um sentimento ambíguo. Embora possa parecer estimulante no curto prazo, cheio de promessas e premonições vagas de uma experiência ainda não vivenciada, flutuar sem apoio num espaço pouco definido, num teimosamente, perturbadoramente, ‘nem-um-outro’, torna-se a longo prazo uma condição enervante e produtora de ansiedade. Por outro lado, uma posição fixa dentro de uma infinidade de possibilidades também não é uma perspectiva atraente. Em nossa época líquido-moderna, em que o indivíduo livremente flutuante, desimpedido, é o herói popular, ‘estar fixo’ – ser ‘identificado’ de modo inflexível e sem alternativa – é algo cada vez mais malvisto (*idem*, p.35).

Nos próximos capítulos tentaremos demonstrar como as políticas de afirmação de identidade têm sido importantes nesse novo contexto, principalmente para aqueles indivíduos tidos como desviantes. e compreender , ao mesmo tempo, as dificuldades que essas políticas enfrentam para inserir a bissexualidade dentro de uma proposta nova que, até o momento, ainda é pouco percebida e discutida. Isto é pertinente não apenas à academia, mas também ao próprio movimento Associação de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros (AGLBT).

Sabe-se da dificuldade em apreender um objeto que, por si só, carrega um lado escorregadio e invisível, contudo a intenção nesta pesquisa não é de estereotipar e reforçar preconceitos, mas explorar como a bissexualidade é percebida e se isso se reverte ou não para uma maior visibilidade e assim para afirmação de sujeitos bissexuais.

No capítulo I a bissexualidade é apresentada e conceituada, levando em consideração o caráter de suspeita e indecisão que permeia a identidade bissexual,

demonstrando, ainda, o preconceito que existe tanto entre os hetero como entre os homossexuais. Mesmo assim, as práticas bissexuais estão presentes no cotidiano e são perpassadas por questões como identidade, representação e política.

No capítulo II, a fundamentação teórica começa a ser esboçada, trazendo a discussão do movimento feminista e sua articulação em torno de uma identidade que possa representar as mulheres, bem como as próprias críticas de autoras feministas em relação à categorização de uma identidade feminina. Isto é, a crítica as estratégias utilizadas para criar uma identidade representacional e todos os questionamentos que surgem quando se elege um “sujeito”. Isso é trabalhado também no movimento homossexual que, assim como o feminista, fez da identidade homossexual uma estratégia de luta e de combate a heteronormatividade. Isto por um lado, mas por outro, há que se perceber a importância desses movimentos para criação de um debate público e, assim, sua colaboração para uma maior e melhor visibilidade das identidades marginalizadas. Outra questão levantada, nesse capítulo, é a proposta *queer* que vai resignificar o conceito de identidade e trabalhar com a paródia como estratégia política.

A preocupação teórico-metodológica da pesquisa começa a se delinear no capítulo III com o interesse pela busca de representatividade das minorias sexuais. Já que, de maneira geral, o reclame por uma identidade que represente as minorias sexuais envolve, além do processo de identificação, relações de poder e de exclusão. O ponto importante é como se representar, sem que isso aprisione os indivíduos em categorias encerradas. Em outras palavras, a representação, além de garantir certa visibilidade, organiza o debate no cenário político e contribui para a efetivação de direitos reivindicados. Mas se representar significa hierarquizar, as diferenciações vão criando diferenças e, assim, excluem outras possibilidades de identificação.

Já no capítulo IV, a análise dos dados pesquisados permite perceber de forma mais clara como a bissexualidade é estigmatizada dentro do próprio movimento Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros (GLBT), mas também que o surgimento de múltiplos sujeitos, buscando representatividade e fazendo parte do movimento, abre a possibilidade para a articulação dessas identidades, sem que sejam ofensivas umas em relação a outras.

A pesquisa empírica realizamos, fundamentalmente, junto ao Núcleo Bis (Núcleo de Bissexuais de Brasília – DF). O Bis faz parte da dinâmica de articulação identitárias, tentando inserir bissexualidade de forma positiva e, claro, problematizando-a também como uma categoria construída socialmente.

# CAPÍTULO I

## BISSEXUALIDADES E SUAS FACETAS

Bissexuais são pessoas que, potencialmente, desejam e relacionam-se emocional e/ou sexualmente com outras pessoas de ambos os sexos, em um mesmo momento da vida ou em distintas fases de sua história individual. Considerar o desejo afetivo não significa englobar, entre as práticas bissexuais, relações de amizade, intimidade ou parentesco, mas indivíduos que se sentem atraídos por ambos os sexos e que enxergam nisso a possibilidade de realização desse desejo, onde sentimento e práticas se misturam.

Por seu caráter ambivalente, a bissexualidade é tida como a mais polêmica e controversa das orientações sexuais. Quer dizer, dentro da polaridade hetero/homossexual, que consolidou o objeto de desejo sexual (Butler, 2003), lidar com a possibilidade de pluralizar o objeto de desejo vem sendo alvo de constantes discórdias.

A pessoa que se “intitula” bissexual sofre preconceitos tanto de homo quanto de heterossexuais, sendo taxadas como “não-resolvidas”, de estarem “em cima do muro“. Rótulos que expressam uma indecisão e, conseqüentemente, uma suposta falha de caráter. Nas palavras de Giddens,

a bissexualidade é ainda mais difícil de ser entendida porque parece ser uma mistura de homo e heterossexualidade, comprovando a teoria maior de que a orientação sexual pode se manifestar por vários caminhos e que existe mais de uma possibilidade de relacionamentos afetivo-sexuais (Giddens, 1993, p. 203).

A identidade sexual vem por muito tempo sendo vista como um conceito unitário, do qual elementos e outras possibilidades são excluídas e negadas aos sujeitos no processo de construção de suas identidades sociais. A heterossexualidade foi naturalizada como a única forma possível de expressar a nossa sexualidade. Além disso, o sexo deve concordar com o gênero e vice-versa. Seguindo esse pensamento, a nossa personalidade precisa estar

em concordância com a nossa aparência (masculina ou feminina), desde que esta esteja de acordo com o nosso sexo e gênero.

Assim, indivíduos bissexuais passam muitas vezes despercebidos, invisíveis numa representação e significação onde se faz proibido discordar de uma lógica binária e polarizada. Em nossa cultura a representação majoritária da sexualidade se organiza a partir de dois pólos bem marcados, a heterossexualidade e a homossexualidade, e a cada pólo correspondem identidades bem definidas, quais sejam, os heterossexuais e os homossexuais (Seffner, 2004, p. 235).

Ao se exigir de bissexuais, assim como de outras minorias, que escapem à regra da definição de um papel sexual rígido, desconhece-se que os integrantes destes grupos buscam construir a sua própria identidade, superando os conflitos decorrentes das repressões sociais, em um processo que vai além da sexualidade propriamente dita. Além disso, ainda que alguns indivíduos se assumam como bissexuais, dada a dificuldade que temos de lidar com a multiplicidade da sexualidade, o que apresenta sempre uma contradição, aparente ou não, e uma ambigüidade. O esperado é que em algum momento de suas vidas essas pessoas se decidam por um dos lados.

De modo geral, na literatura existente, o que se refere à bissexualidade são relatos de promiscuidade, alusivos a sujeitos “sem identidade própria”, quando não caracterizados por sua invisibilidade. O que impede o reconhecimento de suas práticas, podendo isso ser visto de maneira positiva, já que lhes faltam elementos para a denominação de estereótipos, mas ao mesmo tempo impossibilita a construção de uma identidade coletiva que lute pelo reconhecimento, confiança e respeito.

De fato, esse parece ser o ponto central das críticas que o movimento de gays e lésbicas atribui à bissexualidade: a não afirmação de uma identidade que os represente e que articule seus interesses em torno de uma ação pública que se torne também política na conquista desses objetivos.

Por um outro lado, o fato da bissexualidade não se expressar de forma clara, nenhum estereótipo, nenhuma marca que a defina através do corpo ou de algum comportamento, levanta a discussão de uma sexualidade que recusa rótulos sexuais, que se faz indecifrável e, por isso mesmo, perturba e incomoda os padrões reconhecidos.

De certa forma, a crítica para uma categorização do objeto sexual e, assim, do sujeito desejante traz inquietações sexuais, sociais, políticas e ideológicas que modificam o debate e até mesmo a luta por direitos; as fronteiras se transformam e, para alguns sujeitos, o desejável é exatamente viver na fronteira (Louro, 2004).

Os discursos homofóbicos ou favoráveis à homossexualidade não conseguiram escapar ao binarismo heterossexual. A identidade representacional, seja integradora ou desintegradora, fez muitas vezes reforçar a dualidade hetero/homossexual (Butler, 2003). Ao demarcar territórios, estabelecendo políticas (re)integradoras, movimentos gays e lésbicos, bem como o movimento feminista, corroboraram práticas naturalizantes da heterossexualidade como parâmetro para suas identidades.

A busca por um elemento definidor, no caso de gays e lésbicas, embora tenha sido importante para fazer emergir tais identidades, abriu espaço não apenas para a caracterização e representação dos indivíduos, como também colaborou para a disseminação de estereótipos. Isto é, contribuiu para reforçar estratégias reguladoras tidas como dadas ou fixas, como no caso da polarização homossexual/heterossexual.

A falta de elementos externalizados, ou estereotipados, não faz da bissexualidade um fenômeno menos importante do que de outras minorias sexuais. Ao contrário, o embate se torna mais relevante quando levamos a discussão para um cenário amplo em que as possibilidades são múltiplas. Este cenário começa a se configurar em um mundo questionador, onde o binarismo, neste caso homem/mulher, já não é suficiente para explicar, definir e conduzir as representações sociais (Britzman, 1996).

Como corpos educados, somos integrados ao sistema. Mas não apenas a nossa postura deve ser decifrável. Identidades toleradas são identidades coerentes, que não incomodam justamente por não serem percebidas e, muito menos, expressarem conflitos em relação ao que está estabelecido. Não há espaço para os interstícios nem para as ambigüidades. A descontinuidade é insuportável, pois escapa ao limite do pensável (Louro, 2004). Nesse cenário, os sujeitos que ultrapassam as normas, seja através do corpo ou do desejo sexual, tornam-se indivíduos suspeitos.

Uma outra questão é a visibilidade e invisibilidade de certas identidades e práticas sexuais. Não restam dúvidas que, questionando a originalidade ou a forma como isto foi validado, a sexualidade tem sido normatizada e certas relações fixadas como padrões. A heterossexualidade foi a eleita nesse esquema hierárquico.

Práticas como o sadomasoquismo, a homossexualidade, o travestismo, a bissexualidade, entre outras, tornaram-se práticas marginalizadas, excluídas do exercício de sua cidadania, ou pelo menos de parte dela, de certos lugares de sociabilidade e relegadas aos guetos (Louro, 2004). Mas essa exclusão é necessária para que as práticas heterossexuais sejam legitimadas; o Outro excluído pode perturbar, mas é através dele que a norma se fixa como normal e natural.

As chamadas minorias sexuais encontram-se em um momento de emergência, debate e luta, que já não pode mais estar submerso na sociedade. Cada vez mais se discute e se debate sobre as relações de gênero, onde ficam evidentes as suas contradições e desigualdades.

A construção de um gênero está ligada às idéias de diferença e desconstrução. A construção de identidades muda a performance, mas não perde a importância. Ela se torna apenas flexível e mutável, como forma de expressar uma certa individualidade. Isto faz da

identidade um processo adquirido e construído que, mesmo sendo pressionada para seguir um padrão, deixa brechas por onde a subjetividade começa a se desenvolver.

Em se tratando de reconhecimento e inserção de outras práticas sócio/sexuais, não heterossexuais, bem como integração desses sujeitos que as praticam na legalidade e na busca pelo fim da discriminação, a ampliação do movimento homossexual configura o seu discurso atualmente em torno da tolerância e a favor da diversidade.

A tentativa de confrontar valores hegemônicos, relacionando valores específicos, como no caso da afirmação de um sujeito homossexual, e levando em consideração a existência de outros desejos e de outras possíveis identidades, até mesmo se referindo a homossexualidades e não simplesmente homossexualidade, amplia as possibilidades de novos sujeitos e novas sexualidades(Louro, 2004).

## **1. BISSEXUALIDADE E IDENTIDADE**

A unidade da noção de indivíduo (ou identidade), seja homem ou mulher, e a definição de nossa personalidade representam um pré-discurso, um pressuposto cultural interpretado por símbolos culturais. Para Butler, nos tornamos inteligíveis através do nosso gênero; nossa suposta identidade já vem marcada por pressupostos e pré-conceitos que definem a nossa inserção na sociedade. Quando ultrapassamos esse conceito binário de gênero, nos tornamos pessoas inexistentes, incognoscíveis dentro desta simbolização (Butler, 2003).

Por outro lado, devemos entender que as nossas relações sociais, assim como sexuais, são definidas por relações de poder que parecem nos remeter a todo instante a uma interação entre repressão e liberação, estabelecendo limites e rótulos que compartimentam a sexualidade. Sendo assim, a hetero, ou a homossexualidade, se torna

parâmetro básico de nossas identidades sexuais, negligenciando sentimentos/sensações que vão além desses núcleos identitários, os quais, via de regra, nos aprisionam (Mello, 1999).

A identidade sexual, quem o sujeito acredita ser, tem demonstrado relativa flexibilidade em relação ao fato de uma pessoa possuir um pênis ou uma vagina; as práticas sexuais e a orientação do desejo estão além desses parâmetros, tanto é que a bissexualidade parece ser uma possibilidade ancestral na história dos seres humanos, pois se a palavra “bissexualidade” era desconhecida antes do século XIX, isso “(...) *não significa que a situação que ela representa esteja ausente dos registros literários e culturais*” (Gabber, 1997, p.13).

O interesse pela sexualidade se manifesta nas artes das civilizações primitivas até as mais modernas, de onde saiu da institucionalização matrimonial para tornar-se parte importante das experiências dos indivíduos (Bózon, 2001). Esse interesse pela sexualidade a tornou mais transparente e tornou visível formas de orientações e práticas sexuais que até então eram vistas de outra maneira ou pareciam ser inexistentes.

É uma característica da modernidade a necessidade de afirmação de identidades (Castells, 1999). O que se questiona nessa pesquisa são as possibilidades, a legitimação e o alcance dessa afirmação. A aparente invisibilidade da bissexualidade, e assim de indivíduos que se reconheçam como tais, fez surgir uma nova visão das relações de gênero que não pode partir de uma perspectiva única.

A identidade social, cultural, sexual e de gênero é construída e reconstruída ao longo do tempo, tendo, como bases fundamentais, estratégias e relações culturais distintas. Nomear não é simplesmente falar, classificar, é também esclarecer. No caso específico da bissexualidade, significa fazer mais visível uma orientação que, embora polêmica, busca

superar a polaridade que orienta as nossas escolhas sexuais e que nos faz prisioneiros de uma representação binária, reflexo de relações de poder excludentes.

A compartimentação de nossa sexualidade criou em nós limites para os nossos desejos e sentimentos. Devemos ter muito claro para quem e quando podemos externalizá-los. O modo correto de agir e falar sobre nossas experiências sexuais tende a seguir parâmetros rígidos entre o sexo/gênero/desejo. Como bem demonstra Foucault, discursivamente o sexo é produzido, regulado e controlado, onde surge uma história da sexualidade que converge saber e poder (Foucault, 1988).

A demarcação de uma identidade, como já foi afirmado em outros pontos, obedece a um sistema classificatório, onde o que é negado é também constitutivo do sujeito (Silva, 2000). A identidade “legítima” é construída por e através daquela que designamos como “invertida”, “a-normal”, fazendo parte de uma relação de poder que não necessariamente precisa ter um pólo mais forte e outro mais fraco. Contudo, se observarmos o caso da heterossexualidade, ela não precisa ser identificada a todo o momento, exatamente porque se baseia na homossexualidade, esta sim, traz marcas de uma suposta hipersexualidade que demonstra aquilo que os heterossexuais não devem ser.

Quando não conseguimos enquadrar um indivíduo em um ou outro pólo, tendemos a considerá-lo como estranho, esquisito, andrógino. A palavra bissexual vem sendo associada a esses termos, dada a dificuldade de classificar os indivíduos bissexuais no esquema binário hetero/homossexual, no qual o objeto de desejo sexual acabou sendo também categorizado como representante de uma identidade.

Assim como a identidade pode ser formada por atributos masculinos e femininos, a bissexualidade demonstra que a orientação sexual e os desejos e sentimentos nem sempre correspondem aos discursos que constroem nossas representações. A impossibilidade de identificar um indivíduo através de um único elemento manifesto, que deve condizer com

o sexo/gênero e agora também com o objeto de desejo sexual, não invalida a existência de outras práticas, mas antes, expressa as contradições e lutas pertinentes à construção de uma identidade.

É preciso entender que a aceitação da bissexualidade e homossexualidade, ou simplesmente de diferentes formas de práticas sexuais e de expressões do desejo, também estão condicionadas às situações de classe, raça, idade, posição social e ao contexto histórico vivido. Isto depende da forma como a sociedade organiza e compreende a sexualidade e, assim também, da maneira como os discursos sobre tais práticas são produzidos e assimilados, sendo já um produto do que deve ser aceito, legitimado e regulamentado. Ainda assim, a bissexualidade perpassou entre a possibilidade de visibilidade e invisibilidade, mas sempre esteve presente, afetiva ou sexualmente, nas práticas sexuais dos indivíduos.

Acreditar na possibilidade de uma identidade múltipla e afirmar que a sua definição por um único aspecto seria difícil ou improvável, não significa dizer que os indivíduos, no processo de constituição do eu, sejam livres para agregarem em sua personalidade os elementos de que dispõem, pois tal processo depende de representações que ultrapassam e condicionam a nossa possível liberdade de escolha.

Ainda assim, como demonstra Tadeu da Silva (2000), os indivíduos possuem capacidade de agência na formação e caracterização de suas personalidades. O que significa considerá-los com o potencial de escolher ou não que signos devem ser assimilados e/ou rejeitados na construção de suas identidades.

De fato, é possível conceber que indivíduos bissexuais não tenham ou não queiram demarcar uma fronteira simbólica capaz de criar e delimitar um discurso representativo, com um discurso ideacional sobre a identidade bissexual. Apesar do pouco conhecimento que temos da bissexualidade, como uma identidade política, ao menos que se iguale a

outros grupos minoritários, ela e suas práticas trazem já em si as diversas possibilidades de articulação, domínio e produção em que os sujeitos se encontram na formulação de suas posições. Também faz perceber os limites discursivos pelo qual o imperativo heterossexual possibilita certas identificações sexuadas e impede, ou nega, outras.

Neste sentido, viver ou estar na fronteira, perturbando a identidade, insere a bissexualidade na discussão sobre o próprio processo de identificação que faz parte de um movimento negociado e incompleto, constantemente “interpelado” pelos discursos, pelas ideologias e pelas relações de poder (Silva, 2000).

Ao mesmo tempo em que também representa, de certa forma, uma maneira de denominação ou classificação, já que a possível recusa de encaixar-se em algum lugar acaba por inserir esses sujeitos em um contexto específico, embora isto não signifique que ele precise ser marcadamente fixado.

Por outro lado, mesmo considerando a bissexualidade como uma categoria e, assim também, como uma forma de identificação, a possibilidade de estar em zonas fronteiriças demonstra outros atrativos possíveis na escolha do objeto de desejo sexual. Embora, como já foi notificado, a bissexualidade vem sendo auferida por alguns adjetivos negativos, o que a meu ver caracteriza ainda mais os estigmas acerca dela e é perfeitamente aceitável a afirmação de uma identidade bissexual. Claro está que para isso é necessária uma melhor compreensão da sexualidade e da configuração dos discursos que se reproduzem sobre ela e contribuem, de maneira geral, para a construção de identidades.

Atualmente a sexualidade tem experimentado diferentes significações sociais e não se pode negar a importância que ela adquiriu nos dias de hoje como um campo de possibilidades de estudos e teorias. Por outro lado, percebe-se como a identidade sexual e de gênero transformaram-se em elementos importantes para a socialização dos indivíduos e para uma auto-afirmação não apenas do corpo, mas da maneira de viver e expressar a

sexualidade. Mas, claro, a sexualidade não tem a mesma importância para todos os sujeitos (Heilborn, 1999). No entanto, estamos presenciando um momento em que a sexualidade e as relações afetivas se tornam cada vez mais importantes para a realização pessoal (Giddens, 1993).

Isto permite uma abertura para o questionamento de como a própria sexualidade se configura. Algumas discussões ainda são recentes no espaço público, porém, como defendem alguns estudiosos, não é de hoje que a sexualidade, o comportamento sexual e o próprio sexo, é algo sujeito ao controle público, embora tudo pareça pertencer ao âmbito privado, particular.

La naturaleza humana es un efecto de tecnología social que reproduce en los cuerpos, los espacios la ecuación naturaleza= heterosexualidad. El sistema heterosexual es un aparato social de procción de feminidad y masculinidad que opera por división y fragmentación del cuerpo: recorta órganos y genera zonas de alta intensidad sensitiva y motriz (visual, táctil, olfativa...) que después identifica como centros naturales y anatómicos de la diferencia sexual (Preciado, 2002, p, 22).

De certa forma, a sexualidade e suas relações com outras esferas da vida social sempre estiveram sujeitas ao público, isto é, a maneira naturalizada com que passamos a enxergar as nossas práticas sexuais e a exercê-las estão longe de pertencerem simplesmente às regras da natureza, sendo uma maneira de regulação social.

Como bem demonstra Beatriz Preciado, um aparato social produz não somente corpos e indivíduos, mas também noções de feminilidade e masculinidade que identificam esses corpos e faz da diferença anatômica uma justificativa natural para a diferenciação entre homens e mulheres. É nesse sentido que a heterossexualidade se constituiu em parâmetro e única possibilidade da relação afetivo/sexual legítima.

## **CAPÍTULO II**

### **ESTRATÉGIAS POLÍTICAS E IDENTIDADES ESVAZIADAS**

Considerando que o debate sobre identidade vem ocupando, atualmente, bastante espaço na academia e na própria militância, é dentro dos movimentos que se distinguem diferentes agentes por fazerem da identidade um ato político e um processo contínuo de se posicionar diante dos outros (Bondi, 1999). As políticas de identidade, claro, diferem quanto as suas estratégias e o modo de se afirmar.

Sendo assim, as próprias posturas estratégicas, que se constituem em torno de uma identidade vêm sendo criticadas como forma de se perceber os pontos positivos ou negativos que a afirmação de uma identidade pode estabelecer. Dentro deste contexto, não somente a construção de uma identidade passa a ser questionada como os próprios projetos políticos e de representação.

E esta discussão tem perpassado os movimentos feminista e de gays e de lésbicas a partir de suas propostas para estabelecer uma identidade coletiva, ou uma categoria por meio da qual se propõe questionar a homogeneidade da identidade heterossexual, pressionando-se para a aceitação de suas especificidades e criando sujeitos políticos na tentativa de levar a discussão para o espaço público e garantir direitos civis.

E isso, além de relevar uma grande consideração para com todos aqueles que se julgam estar numa minoria e sofrer preconceitos, foi de grande importância para a visibilidade desses mesmos indivíduos e, de certa forma, também causou interesse pelos seus objetivos e reivindicações. Esses sujeitos políticos articulados em torno de suas necessidades, perante uma sociedade heterossexista, criaram suas próprias categorias ou identidades políticas.

O movimento feminista teve, então, uma considerável importância ao trazer à tona questões de gênero e de opressão de gênero que faziam das mulheres uma questão à parte, dentro de um contexto público e político. Questionar as diferenças de gênero também fez do feminismo um grande aliado dos movimentos homossexuais, que, via de regra, convergiam, em grande parte, para a quebra de uma heteronormatividade, isto é, tentavam desessencializar normas, regras e tabus que foram impostos aos sujeitos desde seu nascimento, fazendo com que tudo parecesse “natural”, e relegou questões importantes sobre outras maneiras de viver nossa sexualidade. Claro que seu interesse inicial era criar uma categoria, tanto prática quanto teórica, que demonstrasse e desse força às mulheres.

A literatura sobre as mulheres – feminista e anti-feminista – é uma longa ruminação sobre a questão da natureza e gênese da opressão e da subordinação social das mulheres. A questão não é insignificante, já que as respostas dadas a ela determinam nossas visões do futuro e nossa avaliação sobre o fato de saber se é realista ou não esperar uma sociedade sexualmente igualitária. Mais importante ainda, é que a análise das causas da opressão das mulheres está na base de qualquer determinação do que precisamente teria que ser modificado para se alcançar uma sociedade sem hierarquia de gênero. Assim, se a agressão e a dominação inatas masculinas estão na raiz da opressão feminina, um programa feminista deveria logicamente requerer o extermínio do sexo ofensor, ou então, algum projeto eugênico para modificar o seu caráter. Se o sexismo é um subproduto do apetite inexorável do capitalismo por lucro, então o sexismo feneceria no advento de uma revolução socialista bem sucedida... (Rubin, 1993, p. 02).

Este trecho do texto de Gayle Rubin mostra como, em princípio, as feministas, ou mesmo as que não se declaravam como tais, estavam preocupadas com a subordinação das mulheres e, assim, viam na dominação masculina uma hegemonia que deveria ser, digamos assim, exterminada. No entanto, a influência de Marx e, principalmente, de Engels não foi suficiente para explicar a opressão de gênero em sua totalidade, tampouco para solidificar uma luta que visse no desejo do lucro o seu alvo primordial. Claro está que o capitalismo e as formas de divisão do trabalho, imposto por ele, influenciaram e contribuíram para o sexismo, já que a sociedade crescia diferenciando homens e mulheres,

mas havia algo a mais que não poderia ser combatido simplesmente com a ideologia de uma sociedade igualitária.

Em seu próprio texto, “*O tráfico de mulheres: notas sobre a ‘economia política do sexo’*”, Rubin vai admitir que a teoria da opressão de gênero, tão defendida pelas feministas do patriarcado, é insuficiente para dar conta de uma dominação que separa homens e mulheres e, principalmente, para dar explicações a maneira como as sociedades são organizadas de forma sistemática para lidar com o sexo e o gênero.

Ao construir o seu sistema sexo/gênero, a autora vai apontar para outras formas de diferenciação que não partem somente da reprodução e procriação biológicas.

Já a noção de sistema sexo/gênero, por outro lado, é um termo neutro que diz respeito a um domínio preciso, indicando simultaneamente que a opressão não é inevitável neste domínio, mas sim produto das relações sociais específicas que a organizam (Rubin, 1993, p. 06).

Uma nota importante a ser refletida sobre a teoria de Gayle Rubin e de outras feministas, que seguiram seu pensamento, é que, embora algumas, como a própria Rubin, tenham buscado no sistema de parentesco e posteriormente na psicanálise a raiz dessa dominação, elas souberam colocar isso no plano cultural, isto é, fazer enxergar a maneira como as sociedades estão organizadas.

E, claro, como a formação de nossas identidades vai sendo moldada, não é algo natural, dado, mas sim produto de relações sociais especificamente determinadas. Embora não seja a intenção, neste momento, traçar todas as linhas teóricas e práticas que o feminismo percorreu, cabe lembrar que os seus questionamentos, quanto à construção de um masculino/feminino e de muitos binarismos, colocaram as desigualdades de gênero, a diferenciação social/sexual e a própria formação de nossos corpos e de nossa sexualidade em xeque, quando nada disso era questionado.

Já foi amplamente discutido na literatura que o feminismo nos dias atuais passou a incorporar uma extensa gama de discursos diversificados, resultando em uma

grande variedade de feminismos. Contudo(...) essa heterogeneidade interna não fragmentou nem enfraqueceu a importância política do feminismo, pois ela traz em seu bojo a necessidade de construção de articulações entre as diversificadas posições de sujeito, o que por sua vez compõe a força específica do feminismo diante dos outros movimentos ou discursos sociais (Costa, 2002, p. 61).

Este trecho de Cláudia Lima da Costa já nos coloca no debate atual sobre a importância do feminismo e, principalmente, sobre a construção de um sujeito do feminismo. Quer dizer, uma identidade desse sujeito que possa lutar por seus direitos. E de fato, a questão da afirmação de uma identidade, seja ela feminista ou não, vem atualmente sofrendo diversas críticas em torno de uma suposta essencialização da identidade.

Mesmo tendo em vista que a afirmação de uma identidade seja, sem dúvida, um ato político, a construção de uma categoria “mulher” não conseguiu abarcar, tanto teórica quanto empiricamente os indivíduos, o que o feminismo se propunha a lutar. Por isso, como bem mostra o trecho acima, a questão das articulações, entre esses vários “feminismos” e, por que não, com outros movimentos sociais, vem se tornando incisiva quando se fala sobre identidade.

Uma das críticas à política de identidade, nos casos particulares do feminismo e do movimento homossexual, foi o de categorizar um sujeito que esses movimentos deveriam representar. Como bem mostrou uma outra teórica feminista, Judith Butler (2003), “política e representação é algo polêmico”. Isto quando percebemos as identidades ou as categorias como mulher/homem, hetero/homossexual, tão essenciais e arraigadas, acabam por reforçar o essencialismo e a naturalidade daquilo que os ativistas desses próprios movimentos pretendem desconstruir.

Uma forma de colocar a questão da identidade em relação ao sujeito do feminismo seria explorar a controvérsia referente ao essencialismo e seus cognatos versus o antiessencialismo. Depois da disputa pós-estruturalista no que tange às noções de sujeito e ao solapamento das categorias identitárias levado a cabo pela desconstrução, feministas de algumas tendências teórico-

políticas, temerosas em relação aos perigos dos apelos essencialistas, desautorizaram qualquer referência ao termo 'mulher', independentemente do caráter provisional dessa categoria (Costa, 2002, p.68).

Não pretendo aqui esboçar as várias correntes que a política das identidades percorreu nem tão pouco explicitar de forma esmiuçada a maneira como isso foi trabalhado pelas diversas teóricas feministas. De fato, me aproximo muito mais da tendência pós-estruturalista que tende a negar o essencialismo e o fechamento de qualquer categoria e assume a identidade como algo inacabada e incompleta, e, sobretudo relacional. E assim, considerando os limites de qualquer afirmação de uma identidade, vez que se apresenta como algo em movimento constante e discursivamente construído.

... se alguém 'é' mulher, isso não é tudo que tal sujeito é, o termo não é exaustivo, não porque uma 'pessoa' pré-discursiva gendrada transcende uma parafernália específica do seu gênero, mas porque o gênero não é sempre constituído de forma coerente e consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero é intersectado por modalidades raciais, étnicas, sexuais, regionais e de classe das identidades discursivamente constituídas. Como resultado, torna-se impossível separar o 'gênero' das intersecções políticas e culturais através das quais ele é invariavelmente produzido e mantido" (Butler, 2003, p. 27).

Aproveitando o pensamento de Butler, que levanta a discussão de não apenas como os termos gênero e a própria categoria mulher e sexo são utilizados, chama a atenção, também, para o aspecto discursivo e constitutivo desses termos e, assim, atribuindo também um caráter construído do próprio sexo e dos corpos. A política de identidade, portanto, não pode se basear em um único termo em comum.

## **1. PERTENCIMENTO E RECONHECIMENTO DAS ESTRATÉGIAS DE LUTA**

É necessário buscar entender as diversas relações e práticas sociais que perpassam e são perpassadas pelo gênero e mesmo pela sexualidade. Contudo, assim como não pode haver uma identidade totalizadora, não existe também um inimigo único, homogêneo, que se deva combater.

Claro que, quando se trata de movimentos sociais, a exemplo dos movimentos feministas, gays e de lésbicas, que tentam construir uma identidade coletiva com intento de lutar e garantir seus direitos, têm muito a contribuir, apesar das especificidades desses movimentos; todos trabalham em prol dos sujeitos marginalizados pela norma heterossexual que, sob um conceito de sexualidade, distribui esses indivíduos nos lugares dizendo-lhes o que é legítimo e ilegítimo.

A questão do pertencimento, de enquadramento nessa identidade de luta, parece então ser uma estratégia política utilizada para que o movimento ganhe força e legitimidade. Porém, o que o pós-estruturalismo vai questionar é a maneira desse pertencimento, já que para eles não se trata de um reconhecimento da diferença e, assim, a união por meio desta; o que é importante é o conhecimento de como o normal e o anormal, legítimo e ilegítimo, foram construídos e concebidos como os certos. Isto é, a fixação de uma identidade depende do Outro, da própria diferença. Como afirma Tadeu Silva (2000):

o processo de produção da identidade oscila entre dois movimentos: de um lado, estão aqueles processos que tendem a fixar e a estabilizar a identidade; de outro, os processos que tendem a subvertê-la e a desestabilizá-la. É um processo semelhante ao que ocorre com os mecanismos discursivos e lingüísticos nos quais se sustenta a produção da identidade. Tal como a linguagem, a tendência da identidade é para a fixação. Entretanto, tal como ocorre com a linguagem, a identidade está sempre escapando. A fixação é uma tendência e, ao mesmo tempo, uma impossibilidade (Silva, 2000, p. 84).

Ao mesmo tempo, todos temos necessidade, em algum momento da vida, de clamar por uma identidade, seja ela estigmatizada ou não. O que parece é que o eu está sempre sendo questionado, particularmente nesses tempos de mudanças rápidas. Assim é que a identidade sexual e de gênero vem se transformando num elemento natural ao qual há um crescente apelo. O recurso à biologia, quando se trata de nossa sexualidade, ainda é fortemente usado para justificar a heterossexualidade.

Neste sentido, então, é fundamental entender a identidade como um processo de identificação. Mesmo aquelas que tentam subvertê-la não podem usar dos mesmos parâmetros para se constituir, pois logo perceberam a impossibilidade e seus limites, tanto para a representação quanto para a política. Já que a identidade é relacional, a política de representação tem que estar aberta a negociações com outras identidades, sujeitos e práticas que estão presentes na luta contra a homofobia.

De maneira similar, os movimentos de gays e lésbicas sofreram, e ainda sofrem, diversas críticas no que diz respeito à construção de uma identidade coletiva. O que não significa que a formação de associações e, posteriormente no Brasil, nos anos 1990, a criação de ONGs e a auto-denominação de movimentos sociais (Facchini, 2005) tenham perdido a sua importância na luta por direitos políticos e civis, principalmente no combate do HIV/AIDS e no impacto que esta epidemia causou. Tanto o movimento feminista quanto o movimento de gays e lésbicas foram importantíssimos para tornar público outras práticas sociais/sexuais existentes para o conhecimento social.

Por outro lado, um dos pontos principais das críticas que alguns teóricos, adeptos de uma concepção mais radical de uma identidade não delimitada, se além ao fato de ter-se concebido a heterossexualidade como a única força emanadora de poder. Além do mais, a delimitação de territórios excluiu outros indivíduos que não se enquadravam nas identidades “estabelecidas” e, mais do que isso, não se sentiam representados por elas.

La heterosexualidad no es una sola cosa. Hablamos de cultural sexual em lugar de heterosexualidad porque esa cultura posee algo más que una unidad provisional. No se trata de un solo orden simbólico o de una sola ideología, ni tampoco de un conjunto unitario de creencias compartidas. Los conflictos que existen entre estas tendencias son sólo débilmente perceptibles en lá práctica, pero cuando los aspectos corrientes de las relaciones sexuales hombre-mujer forman parte de los principios cotidianos de la sociedad, su fragilidad se enmascara con muestras de solemne rectitud. La teoría tampoco ha reconocido estos conflictos, en parte debido a la labor metacultural de la propia categoría de la heterosexualidad, que consolida como una sexualidad prácticas, normas e instituciones que difieren ampliamente entre sí, y en parte también debido a que las propias ciencias del conocimiento social están profundamente enclavadas en el proceso de normalización al que

Foucault atribuye la sexualidad moderna. Por lo tanto, cuando afirmamos que los Estados Unidos de hoy están saturados del proyecto de construcción de una heterosexualidad nacional, no estamos diciendo que la heterosexualidad nacional sea simplemente una monocultura. Las hegemonías no son más que alianzas elásticas que representan estrategias dispersas y contradictorias para su mantenimiento e reproducción (Berlant & Warner, 2002, p. 235-236).

Desta maneira, como bem demonstrou Butler (2003), o desejo e as práticas sexuais, não heterossexuais, também foram normalizadas numa matriz que acabou por convergir sexo/gênero e desejo ou sexualidade. Neste sentido, a identidade passou a ser uma armadilha para muitos sujeitos que não sentiam sua sexualidade representada. Isto é, o que é ser mulher? O que é ser homossexual?

Mesmo numa visão integradora, passou-se a desconsiderar outras expressões da sexualidade, vivências e outras palavras que, até então, pareciam não ter significado para a identidade de luta que tentava se consolidar. Se analisarmos a política do movimento homossexual, tanto gay como lésbica, e principalmente a luta de liberação sexual ancorada pelos gays, é fácil perceber as especificidades de cada um e as dissidências dentro do próprio movimento.

Para citar um exemplo, é só observarmos a polêmica gerada pela aceitação econômica de certos gays. Em outras palavras, a percepção de que havia muitos gays em uma posição social e estilo de vida seletivo e sofisticado fez com que o mercado criasse demandas para atender esse tipo de público. Por outro lado, o que parecia ser um passo à frente para o fim da discriminação apenas construiu um arquétipo do que seria o gay aceitável socialmente.

O que demonstra que a luta contra a opressão e os discursos homofóbicos não podem ocorrer utilizando-se apenas de estratégias assimilacionistas ou reintegradoras. Por outro lado, a abertura desses movimentos, que falam em prol da diversidade sexual e a articulação das diversas letrinhas, como GLBTT (gays, lésbica, bissexuais, travestis e

transexuais), que surgem querendo representação e também fazer parte das reivindicações, tem sido uma estratégia para fugir das categorias inatas ou fechadas.

Como bem demonstrou Foucault (1988), em a *Vontade de saber*, o poder está em todas as partes, sendo impossível atingi-lo em apenas um único ponto. Isto é interessante para se ater à emissão de poder, isto é, mesmo as identidades estigmatizadas, ou que tentam subverter a norma heterocêntrica, podem também emitir e tomar parte das próprias condutas sexuais que buscam desconstruir. Se o conceito de liberdade sexual leva também a uma normatização e a uma regulamentação, os movimentos de liberação sexual caem no mesmo modo específico de sexualidade que aprisiona os indivíduos.

Em la visión de Foucault, los movimientos políticos de liberación sexual han sido cómplices – e incluso han sido parte – del régimen moderno de la sexualidad; la revolución sexual simplemente ha reforzado los poderes políticos que se proponía derrocar. Pues el efecto de la liberación sexual no ha sido solamente hacernos libres de expresar nuestra sexualidad, sino exigimos expresarla – libremente, por supuesto. A hora podemos elegir más fácilmente cómo ser libres sexualmente, pero ya no es tan simple elegir si queremos ser libres sexualmente, ni qué se considera como libertad sexual, ni dónde trazar la distinción entre expresiones sexuales y las que no lo son, ni el modo de relacionar nuestras conductas sexuales, nuestras identidades personales, nuestras vidas públicas y nuestras luchas políticas (Halperin, 2000, p. 40).

## **2. UMA ESTRATÉGIA *QUEER***

Está claro que para Foucault a liberação é mais do que uma meta de luta, é mais uma identidade de resistência que, para ter efeito, deve estar em constante movimento. Neste sentido, sua subversão é exatamente perceber os dispositivos da sexualidade e, ao invés de assimilá-los, deve se perceber o seu poder e agir contra eles. É dentro deste contexto que Foucault prenuncia os estudos *queer*, ou teoria *queer*, que em suas práticas vão parodiar os insultos atribuídos à comunidade gay e lésbica e fazer disso uma prática política. A cultura *queer*, como alguns teóricos gostam de denominar esta perspectiva,

começa a aparecer, com mais força, a partir da própria crise de identidade que o movimento homossexual sofreu nos inícios dos anos 1990.

Os estudos *queer* concebem a identidade como uma encenação, produto de uma construção cultural. A diferença, contudo, está na tentativa de uma identidade radical, provocadora, grosseira e o de visar a desconstrução da concepção de sujeito, principalmente aquela centrada no discurso filosófico e, ao mesmo tempo, fazer das identidades e da representação uma expressão lúdica, de constante reinvenção (Morris, 2005). Talvez seja difícil imaginar onde, na prática, a teoria *queer* pode se operacionalizar, ou seja, como algo que nos aparenta tão evasivo conseguirá romper com uma sexualidade tão normalizadora, como a Ocidental, e reverter isto para uma disputa política realmente eficaz.

La cultura *queer*, em contraste, carece prácticamente de cualquier matriz institucional que fundamente sus intimidades disidentes. Dada la ausencia Del matrimonio y de los rituales que organizan la vida em torno a este, siempre es necesaria la improvisación del acto linnguístico del compromiso o la práctica discursiva del noviazgo o de economías supuestamente tan poco económicas como las cuentas corrientes conjuntas. La heteronormatividad de esas prácticas puede parecer frágil e indirecta. Después de todo, en algunas ocasiones, las parejas del mismo sexo han podido inventar versiones de esas prácticas. Pero lo han hecho únicamente al comprometerse con la modalidad de la pareja y con su discurso de significado personal sin transformar las condiciones materiales e ideológicas que separan la intimidad de la historia, la política y los entes públicos. El proyecto *queer* que imaginamos no consiste únicamente en redimir esas intimidades normales ni en conseguir que las personas del mismo sexo puedan tener relaciones sentimentales de pareja y, evidentemente, tampoco consiste en certificar que las vidas privadas de los gays e de las lesbianas son debidamente privadas. Significa defender formas de vida afectiva, erótica y personal que son públicas en el sentido de que son accesibles, que están ahí para ser recordadas y que se mantienen gracias a la actividad colectiva (Berlant & Warner, 2002, p.247-248).

Apesar da aparente contraditoriedade e ambigüidade da cultura *queer* e, mesmo com as críticas ao movimento homossexual mais tradicional, não é do interesse diluir ou acabar com a luta dos gays e das lésbicas. Ao contrário, tornar o objeto de desejo, a intimidade e a própria sexualidade em algo público, independentemente da forma que venha a se configurar. Isto de fato pode desestabilizar as identidades, mas também pode

ajudar a retirar o peso que essas identidades carregam, talvez de forma mais direta aquelas que se constituem em identidades de luta. Isto porque as mesmas estão sempre à margem da norma, mesmo que lutem pela integração.

Como estratégia política, baseada nos estudos pós-estruturalistas, a política *queer* não parece lutar contra o movimento homossexual, apenas atenta para a incoerência de demarcar uma identidade fechada e criar, conseqüentemente, um sujeito singular e talvez até estável. Por isso o movimento *queer* se utiliza dos próprios adjetivos pejorativos como maricas, bichonas, esvaziando-os de seus aspectos negativos, para fazer disso uma espécie de bandeira - se é que o *queer* possui alguma bandeira – porém, ironizando aquilo que deveria estar escondido, ficar fechado na intimidade e, assim, inverter a normalização.

El binarismo heterossexual/homossexual es una producción homofóbica, así como el binarismo hombre/mujer es una producción sexista. En ambos casos hay dos términos, el primero de los cuales no está marcado y no es problematizado – designa ‘la categoría a la cual se supone que todo el mundo pertenece’ (a menos que alguien sea marcado específicamente como diferente), mientras que el segundo está marcado y es problematizado: designa una categoría de personas que se diferencian en algo de las personas normales, no marcadas. El término marcado (o *queer*) funciona no como un medio para denominar una clase de personas real o determinada sino para delimitar y definir, por negación y oposición, el término no marcado (Halperin, 2000, p. 67).

O importante para se compreender os estudos *queer* é vê-los como uma das possibilidades de subversão da identidade, ou melhor, da reinvenção de categorias e mesmo a reutilização parodiada das já existentes. Uma das críticas a este tipo de estratégia política é que, em um primeiro momento, o *queer* parece um termo que engloba tudo e todos; portanto de inclusão. Assim, o movimento homossexual mais tradicional foi criticado pelos estudos *queer*, a política que este apresenta também demonstra seus dissabores para com muitos gays e lésbicas (Halperin, 2000).

As razões não são poucas, já que vinculado a uma identidade sexual, mas também social transgressora e radical, a perspectiva de uma transformação realmente ativa

rechaçou muitos gays e lésbicas que reproduziam os binarismos existentes e, assim, aos seus estilos de vida também.

Se voltarmos ao começo da discussão, percebemos que vários teóricos e indivíduos se envolveram nas discussões sobre opressão de gênero e diferenciação sexual, mas principalmente sobre a forma como nossa sexualidade vem sendo imposta e teorizada. Várias terminologias e representações foram criadas ou simplesmente subvertidas com a intenção de tornar o comportamento sexual menos reprimido e tornar outras expressões de nossos desejos, que não a heterossexualidade, possíveis de serem aceitas e legítimas.

Apesar dos erros e das críticas que algumas dessas representações sofreram, não podemos nos esquecer da importância que cada uma delas teve em uma época e local específico. Além do que, como já foi dito antes, unir representação e política não é tarefa fácil de se cumprir.

Com uma identidade esvaziada, pronta para radicalizar ou não, a impressão que fica é que sempre surgiram outros indivíduos, práticas e, assim, porque não, categorias que reivindicam o seu lugar, não apenas no campo dos movimentos sociais, mas também no campo social mais amplo. O fato de que atualmente a sexualidade tenha atraído interesse, não só acadêmico como no meio militante, talvez seja porque as normas e regras que sustentavam um modelo de representação estejam tão desgastadas que a única maneira de realmente se transformarem é radicalizar e demonstrar sua fragilidade.

Qual o melhor caminho ou a melhor estratégia? Talvez a articulação desses movimentos, mas sempre com a percepção que as categorias criadas possuem limites e fronteiras e, quem sabe, seja na fronteira, em seus próprios interstícios que as práticas sexuais devam ser trabalhadas. Ou podemos fundar uma sociedade baseada na contra-sexualidade, como propõe a Beatriz Preciado:

La contra-sexualidad no es la creación de una nueva naturaleza, sino más bien el fin de la Naturaleza como orden que legitima la sujeción de unos cuerpos a otros... En el marco del contrato contra-sexual, los cuerpos se reconocen a sí mismos no como hombres e mujeres, sino como cuerpos parlantes, y reconocen a los otros como cuerpos parlantes( Preciado, 2002, p. 18 ).

Enfim, as possibilidades e estratégias de organização e ativismo, tanto no caso do movimento feminista quanto no movimento homossexual, passaram por conflitos internos e externos que contribuíram para transformações de suas visões políticas e da definição de identidades e objetivos a serem conquistados. Contudo, é importante ressaltar não apenas as dissidências, mas também as continuidades agregadas às novas demandas e aos novos discursos que fazem desses movimentos algo discursivamente conquistado.

E de fato, pode-se pensar em uma identidade coletiva construída muito mais a partir de discursos específicos. No entanto, o apelo excessivo à diferença pode, na contrapartida das coisas, essencializar aquilo que deveria ser tratado como culturalmente adquirido, porém não irreduzível (Pierrucci, 1999). As marcas do essencialismo ainda pairam sobre os movimentos identitários, embora isso se constitua em um ponto de crítica dentro desses mesmos movimentos.

Falar em nome de algo ou de alguém tem se tornado cada vez mais emblemático isto porque a representação e auto-representação não conseguem mais se realizar a partir de um único ponto ou de um indivíduo singular. E essas questões vão embargar outros problemas, que agora precisam ser, senão resolvidos, ao menos discutidos.

## CAPÍTULO III

### AS MINORIAS SEXUAIS E A BUSCA PELA REPRESENTATIVIDADE

Neste capítulo, pretendo estabelecer a relação entre os movimentos que se caracterizam pela defesa das minorias sexuais e a inserção do debate sobre a bissexualidade. Busco, assim, apresentar melhor o objetivo desta pesquisa, que se propõe analisar, a partir do discurso, como aqueles movimentos têm percebido a bissexualidade e de que forma essa representação influencia a afirmação de um sujeito bissexual. Entenda-se que por minorias sexuais estamos nos referindo à questão da representatividade, isto é, a capacidade que esses indivíduos possuem de fazer valer suas opiniões e direitos na sociedade e não a um número quantitativo.

Atualmente, tem crescido o número de grupos, associações, ONGs e movimentos sociais que se reúnem em torno de interesses comuns, isto é, se organizam em torno de objetivos que, à princípio, criam um ‘nós’ capaz de representar esses interesses (Facchini, 2005). Não é intenção deste trabalho esboçar todos esses movimentos ou associações, apenas pretendo me utilizar alguns exemplos para demonstrar a importância da categoria “minorias sexuais” e como a construção de um sujeito político, por parte dessas minorias, tem suas qualidades, mas também os seus limites, mesmo como construção teórico-prática.

Quando consultamos a literatura existente sobre os movimentos de gays e lésbicas, ou os que se definem como minorias sexuais, chama atenção à problemática da construção de uma identidade coletiva e, principalmente, quando essas identidades se fixam em torno de uma pretensa essência para representar os seus sujeitos (Butler, 2003). De acordo com o estudo realizado por Regina Facchini, sobre o movimento homossexual em São Paulo

nos anos 1990, o processo de construção de identidades, ou de um ator político, aponta para a construção de uma ‘comunidade de iguais’, ou seja, o grupo compartilha as mesmas dificuldades e carências (Facchini, 2005).

Facchini, a partir do estudo aprofundado realizado sobre o movimento homossexual em São Paulo compartilha da idéia do perigo das minorias sexuais construírem uma identidade embasada numa essencialização, como a de ser gay ou lésbica, por exemplo, e demonstra com clareza como dentro do próprio movimento as disputas por representatividade são crescentes.

A relação entre identidade e movimentos sociais é uma problemática interessante a ser discutida, posto que também nos faz entender a direção para a qual os chamados movimentos sociais, aqui particularmente os que se propõem a lutar pela minoria sexuais, encaminham suas diretrizes e seus objetivos.

Seguindo ainda o pensamento de Regina Facchini, após a abertura política e o processo de redemocratização ocorrido no Brasil, após o regime militar, transformações importantes ocorreram na configuração dos movimentos sociais, não apenas em sua relação com o Estado, bem como seus posicionamentos em relação à sociedade civil. Movimentos libertários, alternativos ou populares, revelam uma multiplicidade de atores coletivos que começam a questionar a rigidez das normas e apelam para a diferença e igualdade e isto deu uma maior visibilidade ao movimento homossexual. Como afirma Facchini:

Entendo que o que se convencionou chamar de ‘movimento homossexual’ é um recorte em uma rede de relações sociais, no qual estão presentes indivíduos e organizações da ‘sociedade civil’, diferenciáveis pelo fato de compartilharem e atuarem com vistas a um mesmo objetivo geral com relação ao tema da ‘homossexualidade’: a ‘emancipação’ ou a obtenção de ‘cidadania plena’ para ‘os (as) homossexuais’ ou outras identidades sexuais tomadas como sujeito do movimento (Facchini, 2005, p 25).

No entanto, apesar da permanência de alguns elementos “essencialistas” ou estabelecidos, de certa forma, como modelo para uma identidade, a que muitos estudiosos apontam sobre o movimento homossexual, não podemos deixar de pensar nas mudanças em decorrência da articulação e adequação para se estruturar e implicações decorrentes da elaboração de projetos viáveis para obter financiamento. Dentro desse contexto, alguns movimentos homossexuais viraram ONGs e tornou-se relevante o estabelecimento de alianças com outras organizações, particularmente com o MHB (Movimento Homossexual Brasileiro) e instituições de saúde coletiva, que foi um componente na valorização das identidades coletivas(Facchini,2005).

É válido fazer a ressalva de que, quando levanto a discussão sobre sujeitos políticos, faço isso relacionando-a com a construção de identidades. Na perspectiva que tomo, o Sujeito é entendido como posições de sujeito, isto é, diferentemente do indivíduo completo e racionalmente determinado e disposto a realizar suas ações, considero a interação e as relações de poder existentes nas relações sociais fator fundamental e constitutivo do ser. Nas relações e interações se constituem diferentes posições de sujeito, que faz desse mesmo indivíduo um lócus para várias identidades, podendo manifestar-se de forma mais ou menos dominante.

Afirmar uma determinada identidade é também ratificar a diferença em relação aos outros indivíduos. Aliás, quando se busca representatividade, através de uma identidade, seja ela marginalizada ou não, pelo menos em certo momento, a submissão de outros elementos é negada ou relegada para uma outra esfera social. O que quero chamar atenção é para o jogo de diferenciação que faz da identidade e da diferença coisas dependentes (Silva, 2000). Uma está atrelada à outra, embora só se perceba a identidade de maneira positiva e a diferença negativamente, já que a identidade se afirma a partir daquilo que não sou, ou, o que não quero ser.

Em outras palavras, como demonstra Tomaz Tadeu da Silva, é imprescindível a percepção de que a identidade/diferença estão em um processo de articulação, onde não se pode separá-las. Neste sentido, essas categorias também não devem ser tomadas como auto-referentes, isto é, tanto a identidade quanto a diferença são um ato lingüístico, nunca contido em si mesmo e, portanto, sempre passível de mudanças.

Além de serem interdependentes, identidade e diferença partilham uma importante característica: elas são o resultado de atos de criação lingüística. Dizer que são resultado de atos de criação significa dizer que não são ‘elementos’ da natureza, que não são essências, que não são coisas que estejam simplesmente aí, à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas. A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e diferença são criações sociais e culturais (Silva, 2000, p.76).

Embora pareça óbvia e repetitiva a discussão, envolvendo os aspectos culturais e sociais da produção da identidade, é importante pensar que a simples assimilação da diversidade não a torna mais palatável e legítima. Apenas em determinados momentos e âmbitos sociais ela consegue ser convenientemente tolerável e aceita, porém sempre com a marca do Outro, da alteridade. O que pode deixar de lado a multiplicidade das identidades e mesmo da produção de diferenças, se encararmos isso com o simples reconhecimento do Outro, a fixação e hierarquização das coisas parecerem inevitáveis.

## **1. UMA PERSPECTIVA ANTI-ESSENCIALISTA DAS IDENTIDADES**

Dentro desse contexto, cair nas “ciladas da diferença” é uma armadilha fácil quando a normatização e classificação das identidades surgem como fatos naturais, dados. Não pretendo esmiuçar todas as teorias pós-estruturalistas que se opõem ao essencialismo e defendem a posição construída das identidades, mas, concordando com elas neste aspecto, procuro estabelecer essa discussão anti-essencialista de maneira a se perceber o

quanto é complicada a demarcação de qualquer fronteira, e, principalmente, como a representação de sujeitos políticos, vinculados a identidades que se dizem marginalizadas, podem padecer da mesma prática normalizadora que visam criticar.

E de fato, quando se tem uma melhor aproximação das disputas internas do movimento de gays e lésbicas e do próprio movimento feminista<sup>1</sup>, percebe-se como a construção de uma identidade representacional é um ponto conflituoso e de crescentes disputas. Isto pode se explicar até mesmo por meio das transformações pelas quais passaram estes movimentos ao longo dos anos; a questão da estruturação, criação de coordenações e definição dos objetivos específicos.

Que dizer, quando esses movimentos passam a delimitar seus objetivos, seu público alvo, como bem demonstrou Facchini, as alianças com outros movimentos que também lutam por algum tipo de minoria e, principalmente, com órgãos de saúde pública preocupados com as doenças sexualmente transmissíveis, tornam-se muitas vezes imprescindíveis. Isto pode ser um ponto positivo na conquista de espaço público, bem como também pode descaracterizar os propósitos iniciais.

A busca de legitimação de certas práticas sociais e o reconhecimento de suas especificidades, diante da hegemonia heterossexual, também criou nesses movimentos certas responsabilidades que exigiram, na prática, a realização de alguns projetos e alianças com outros grupos.

Aliás, a preocupação em se estruturar, quer dizer, se distinguir entre ser um movimento alternativo ou tornar-se uma ONG é algo característico dos movimentos sociais a partir da década de 1990 (Facchini, 2005). É, no entanto, importante clarear que muitas idéias assimilacionistas e igualitárias, que marcavam os movimentos homossexual e feminista, foram se redefinindo para a aproximação da diferença e percebendo que o

---

<sup>1</sup> Para uma melhor discussão a respeito da dinâmica interna do movimento homossexual ver Facchini, 2005.

“nós”, mesmo que construído coletivamente, ainda mantinha um laço segregacionista entre hetero/homossexuais e homens/mulheres.

Dentro desse contexto, a eleição de uma identidade gay ou lésbica, ou, a constituição da categoria “mulher” pode tornar-se um elemento dificultador, na medida em que inviabiliza a legitimidade de outras categorias, como a própria bissexualidade. Não quero afirmar com isso a negligência do movimento homossexual em relação a outras práticas sexuais. O que pretendo é apenas apontar a problemática de se exacerbar uma categoria, no caso, em particular, a identidade gay, esquecendo-se do caráter cultural e social que faz dela apenas uma invenção, o que, claro, não significa dizer que ela não exista na realidade. Isto apenas indica que a dinâmica envolvida faz parte de uma construtividade que não pode ser entendida como independente em si mesma. Nesse sentido, Regina Fachini afirma:

...considero relevante resgatar a importância da criação de uma comunidade que compartilha carências para a construção de qualquer movimento social. O que talvez ocorra é que movimentos como o feminista, o negro e o homossexual tenham maior tendência a fundamentar essa igualdade num atributo essencial e a obscurecer o caráter construído da aliança política voltada para um determinado fim (Fachini, 2005,p.28).

A relação entre identidade e movimentos sociais é fundamental, como bem demonstram autores como Fachini (2005), e Butler (2003), entre outros, já que a representatividade depende das necessidades compartilhadas por indivíduos que se reconhecem em situações semelhantes. Sendo assim, mesmo com todas as críticas que se faz sobre a afirmação de uma identidade, ainda é por ela que se articula a participação. O que não se justifica é tomá-la como um fator exclusivo de representação. A identidade deve ser tomado como potencialidade para expressar certas carências e desejos.

Por isso, quando ao me referir, de maneira crítica, à categorização da identidade, embora considere sua relevância, procuro demonstrar a necessidade da ampliação do

conceito; isto porque não é novidade a explosão de sujeitos que reivindicam representatividade justificada pelo fato de serem minorias e, assim, marginalizados. No cenário GLBT, por exemplo, as disputas internas pela garantia das especificidades de cada indivíduo que se encontra presente, ou, simplesmente o reconhecimento da existência de outras minorias, mesmo que elas não integrem de fato o movimento, mostra a consequência de um espaço que não pode se fechar em um grupo e sequer em apenas uma identidade.

Judith Butler acirra mais ainda esta questão ao explorar, o que ela denomina, a performatividade das identidades: o conceito de performatividade é utilizado pela autora para explicar a capacidade reificadora da heteronormatividade, mas que ao mesmo tempo deixa brechas para a subversão. O discurso da heterossexualidade age performativamente dentro de uma estrutura normativa.

Então, o discurso da heterossexualidade, representa uma maneira hegemônica de se pensar o sexo ou a sexualidade, porém a necessidade de invocá-lo também provoca sua desestabilização. Ora, se analisarmos que a produção desse discurso é temporal e precisa ser deslocado para ser validado, em algum momento surgem escapes que provocam a possibilidade de sua própria subversão (Butler, 2003).

É perceptível e também necessário o fato de que as identidades precisam ser representadas (Silva, 2000). Quando se trata de minorias sexuais, no caso específico objeto deste trabalho, fica a impressão ainda maior de como a descrição desses sujeitos, no sentido de torná-los mais aceitáveis, marca a representação. É, contudo, justamente a descrição que acaba por inserir não apenas nos corpos dessas pessoas, mas também em suas atitudes e estilo de vida, a rigidez e fixação de uma identidade que se quer flexível que a identidade não deve carregar.

Remeter a identidade e a diferença aos processos discursivos e lingüísticos que as produzem pode significar, entretanto, outra vez, simplesmente fixa-las, se nos limitarmos a compreender a representação de uma forma puramente descritiva. Será o conceito de performatividade, desenvolvido, neste contexto, sobretudo pela teórica Judith Butler (1999), que nos permitirá contornar esse problema. O conceito de performatividade desloca a ênfase na identidade como descrição, como aquilo que é – uma ênfase que é, de certa forma, mantida pelo conceito de representação – para a idéia de ‘tornar-se’, para uma concepção da identidade como movimento e transformação (Silva, 2000, p. 92).

Ainda, concordando com Regina Facchini sobre o movimento homossexual no Brasil, é preciso ressaltar o caso específico da formação desses grupos na realidade brasileira. A dificuldade de criar-se uma política de identidades, que servisse de base ao movimento, era exatamente a percepção das categorias, como por exemplo, hetero, homo e bissexual. Já que aqui a classificação correspondia muito mais com os aspectos de atividade/passividade. Ou seja, o importante para se provar a masculinidade era não ter relações passivas, já que a passividade sempre esteve atrelada com a feminilidade.

Essa característica é importante porque certas denominações como bichas, afeminados, veado, sapatão, entre outras, apresentam, desde já, um aspecto segregacionista em relação à sexualidade. De maneira hierárquica, a passividade ligada ao feminino conduz a uma visão ainda mais preconceituosa em relação aos homossexuais. Eles não são mulheres, mas são tratados como se fossem mariquinhas, frágeis e, portanto, num nível mais baixo.

A concepção popular que classifica, ou melhor, que determina pensar a feminidade como inferior à masculinidade, faz parte de uma tradição machista que exerce o seu poder de modo a organizar a sociedade em papéis sociais bem demarcados. O que dificulta a viabilidade de uma política de identidades que não esteja tão fronteiriçamente delimitada. Mas isso é apenas um fator que vale a pena ressaltar quando se trata da sociedade brasileira. Isto não significa que tanto o movimento homossexual quanto o feminista não tenham lutado e resistido a essa maneira de pensar.

## **2. A RELAÇÃO ENTRE O MOVIMENTO HOMOSSEXUAL E A BISSEXUALIDADE**

Embora essa discussão já tenha sido trabalhada em diferentes momentos, apenas cito-a para exemplificar que a construção de uma identidade coletiva, no caso do movimento homossexual brasileiro tem suas especificidades e, quando se parte para a articulação política e busca de representatividade, as ambigüidades presentes na realidade começam a aparecer. São os conflitos internos que, de certa forma, também colaboram para a própria transformação e constituição dos objetivos comuns a serem alcançados.

A questão é que o reconhecimento de uma pluralidade necessita ser representado. Não é novidade que toda representação é também, pelo menos a priori, um campo de inclusão/ exclusão. Afirmar isso não é desconsiderar a diversidade, ao contrário, é perceber ainda mais a heterogeneidade da realidade social. Ao que parece, a unidade de um grupo e suas demandas dependem de rupturas e antagonismos decorrentes dos mesmos indivíduos que se pretendem representar (Laclau, 2006).

Porém não é tão fácil lidar com essas ambigüidades e com a diferença. Antes de achar um ponto comum entre o que individualmente cada um dos sujeitos necessita e busca compartilhar, a construção política de uma identidade coletiva é palco de vários questionamentos, temporalidades e situações. Isto porque, de modo geral, mesmo que se estabeleça uma política de identidade em nome da diversidade e heterogeneidade, será preciso estabelecer uma “língua” entendível por todos.

... Num quadro de complexidade, à medida que as dinâmicas se tornam mais globais, crescem as interconexões e fazem emergir novos focos de assimetria e espaços de resistência, onde novos protagonistas entram em cena, seja em nível local ou global. Nessa perspectiva, concebe-se uma presença multiforme de agentes sociais, ampliando as formas de identificação, de composição e de procedimentos políticos. Implica, assim, uma visão ampla da dinâmica social, a partir da

qual se constroem identidades, articulando diferentes elementos e criando sentidos a partir dos quais podem ser identificados agentes, razões, mecanismos e objetivos pertinentes àquelas composições; configura um pluralismo de agentes sociais que se mobilizam em torno de diferentes programas ... (Mutzenberg, 2006, p.86).

A preocupação em se criar uma gramática comum, ou universalista, que dê conta de representar um grupo/movimento, onde seus membros se reconheçam como iguais, ao menos no que diz respeito às necessidades mais imediatas, traz consigo a problemática da inclusão/exclusão, bem como, a questão da espontaneidade e autonomia das identidades. Contudo, é preciso levar em conta a importância de projetos e demandas que precisam de efetividade no cenário público. Visto que tomamos a identidade como algo político, é incisivo o jogo de poder que interferem nessas relações.

O processo de diferenciação, como acentua Tomaz Tadeu da Silva (2000), reconhece na linguagem e na citacionalidade a possibilidade de repetição e assim da própria produção da identidade. Em outras palavras, a referência à determinada coisa tem que se fazer entendível para que possamos reconhecê-las e legitimá-las. A repetição incessante, além de facilitar a nossa expressividade diante das coisas, também influencia na maneira como a concebemos, deixando aparentar que sempre foram ditas e entendidas do mesmo modo. No entanto, o conhecimento de que os conceitos precisam ser repetidos, para se fixar, abre o caminho para sua própria transformação. Citando Judith Butler, Tomaz Tadeu da Silva afirma que

A mesma repetibilidade que garante a eficácia dos atos performativos, que reforçam as identidades existentes, pode significar também a possibilidade da interrupção das identidades hegemônicas. A repetição pode ser interrompida. A repetição pode ser questionada e contestada. É nessa interrupção que residem as possibilidades de instauração de identidades que não representem simplesmente a reprodução das relações de poder existentes. É essa possibilidade de interromper o processo de 'recorte e colagem', de efetuar uma parada no processo de 'circularidade' que caracteriza os atos performativos que reforçam as diferenças instauradas, que

torna possível pensar na produção de novas e renovadas identidades (Silva, 2000, p. 96).

A performatividade, da qual fala Judith Butler (2003), permite que as identidades sejam fixadas através da repetição. No entanto, também demonstra como a própria repetibilidade faz parte de um processo cultural que é constituído. É portanto, um resultado. Isto é um ponto crítico da discussão, pois perceber que as identidades são construídas é apenas um passo; o mais relevante é ter em conta que tais processos de constituição fazem parte de uma interação e disputa de poder. Sendo assim, o difícil é agregar as mudanças que acontecem nas práticas sociais e interferem na questão da representação, pertinentes, portanto, ao debate público.

“Novos sujeitos” exigem novas demandas e novas demandas exigem outro tipo de representatividade, ou, ao menos, formas diferentes de se conceber a representação. Digo isso porque, de fato, é inegável o desejo, particularmente quando se trata de identidades marginais ou tidas como ilegítimas, de se ter acesso à cidadania plena. Quer dizer, quando certos indivíduos se sentem numa situação desconfortável, que os marginaliza e os impede a realização de seus direitos, é comum e concebível que tais sujeitos se reúnam para fazer valer sua diferença.

Por isso, como salienta Regina Facchini(2005), o movimento homossexual, assim como outros movimentos que se articulam em torno da identidade sem, necessariamente, estar ligados à luta de classes, marca um novo momento ao que diz respeito aos movimentos sociais brasileiros. Contudo, a distinção entre um e outro não é tão rígida o quanto se faz parecer. Já que, de certa forma, todos pretendem influenciar e transformar a realidade social. Mudar o que é hegemônico e opressor, criar novas dimensões de reivindicação.

Apesar da novidade representada pela presença do movimento homossexual, bem como de outros movimentos pautados em identidades não relacionáveis exclusiva e diretamente ao conflito de classes no Brasil, entendo que não se aplica, neste caso, a distinção entre ‘novos’ e ‘velhos’ movimentos sociais, pelo menos no que toca ao ponto discutido acima. O fato de que não operem com referências diretas ao conflito de classe não significa que movimentos como o movimento homossexual não tenham o potencial de produzir mudanças de ordem cultural e criar novos tipos de hierarquia social (Facchini, 2005, p.59-60).

Essa novidade, discutida aqui principalmente no âmbito dos movimentos pelos direitos sexuais, também se caracteriza pelo embate ao sistema, já que um dos objetivos é conseguir articular outras identidades capazes de mudar a realidade social. Quer dizer, em um determinado momento da luta, a articulação e interação com outras minorias sexuais são importantes para reverter o caráter negativo dessas identidades que surgem buscando legitimidade. Além do mais, é no próprio processo de construção desses “novos sujeitos políticos” que se reconhece a multiplicidade e as ambigüidades em que é formado qualquer grupo, movimento ou associação.

Aliás, venho chamando a atenção para as disputas internas, inerentes a quaisquer movimento social, mesmo que não seja a intenção analisar detalhadamente a dinâmica interna desses movimentos sociais, cabe lembrar que quando proponho falar de minorias sexuais e sua busca pela representatividade, levo em consideração as dificuldades do próprio entendimento das categorias que se pretende combater, como a heterossexualidade compulsória e também as que serão eleitas como representativas. Digo isso porque no momento da decisão em eleger uma identidade como representativa de um grupo, a escolha de elementos que farão parte da constituição desses sujeitos, mesmo que se conceba isso como um processo inacabado requer, também, a inclusão e exclusão de suas identificações com as características agregadas. Quer dizer, via de regra, ainda que a representação de determinados indivíduos, dentro de um grupo, não seja a única possível, é previsível que alguns concordem fazer parte dela e outros não.

Em minha pesquisa de campo este aspecto tornou-se evidente quando, ao estabelecer contato com listas de discussão sobre bissexualidade e com alguns militantes bissexuais, os temas em pauta procuravam diminuir a negatividade imposta à identidade bissexual e articular forças para fazerem valer suas especificidades. Isto parece óbvio, e até mesmo fácil, mas quando esses pontos eram levantados em uma ação coletiva maior, como por exemplo, em uma plenária GLBT, os relatos foram de conflitos intensos e resistências de outras minorias em dar voz aos bissexuais.

Este tema será retomado adiante, quando apresentarei a discussão sobre o Núcleo Bis, no qual realizei meu trabalho de campo. Demonstrarei mais especificamente os problemas que os bissexuais enfrentam ao afirmar suas identidades como bissexuais e ao buscar espaço para efetivar suas práticas e reivindicações. Aqui, pretendo apenas esboçar questões relacionadas à identidade e representatividade de maneira que possa articular essas categorias com a necessidade de um espaço político em que se construam projetos próprios de intervenção social, ou, transformação dos conceitos hegemônicos que os oprimem.

### **3. A ARTICULAÇÃO DAS IDENTIDADES PODE GERAR UMA REPRESENTAÇÃO MAIS EFETIVA**

De fato, a minha argumentação neste capítulo tem levado em consideração a importância da afirmação de uma identidade, que por sua vez requer representação, bem como a necessidade de rever o próprio conceito de identidade na tentativa de torná-lo mais flexível às demandas recorrentes das práticas. Ou seja, venho tentando retomar a discussão da dessencialização da identidade para mostrar que a sujeição de um

movimento à determinada categoria vai criando margens, relegando outros indivíduos à marginalização.

Embora reconheça a força do movimento homossexual e feminista, como já foi explicitada a cima, na luta contra a heteronormatividade; o movimento homossexual e os movimentos feministas acabaram por se tornar conceitos rígidos que também demarcaram fronteiras. Em outras palavras, a identidade coletiva que se constituiu nesses dois movimentos sobredeterminaram os sujeitos a quem representavam e fez do uso da identidade uma marca quase tão irreduzível quanto à heterossexualidade. Como explica Judith Butler (2003), a categorização se ampliou do sexo e gênero para englobar também o objeto de desejo sexual, como mulher/feminino/homossexual, ou homem/masculino/homossexual. Assim outras sexualidades foram excluídas e esquecidas.

Como afirma Stuart Hall,

em contraste com o ‘naturalismo’ dessa definição, a abordagem discursiva vê a identificação como uma construção, como um processo nunca completado – como algo sempre ‘em processo’. Ela não é nunca completamente determinada – no sentido de que se pode, sempre ‘ganhá-la’ ou ‘perdê-la’; no sentido de que ela pode ser, sempre, sustentada ou abandonada. Embora tenha suas condições determinadas de existência, o que inclui os recursos materiais e simbólicos exigidos para sustentá-la, a identificação é, ao fim e ao cabo, condicional; ela está, ao fim e ao cabo, alojada na contingência. Uma vez assegurada, ela não anulará a diferença (Hall, 2000, p. 106).

As discussões recentes de diferentes teóricas feministas têm problematizado não apenas a categoria mulher ou mulheres, mas as bases de uma política que se funda na distinção sexo/gênero. Problematizar o gênero como um construto social, melhor dizendo, como uma apropriação de atributos culturais, deu a esta categoria um lado social e histórico. Sendo assim, a desnaturalização do gênero deu ao mesmo tempo certa maleabilidade e flexibilidade que o sexo não poderia conter.

Ora, se o masculino e feminino são apreensões culturais e não nascemos com isso definido, ficaria muito mais fácil a sua contestação e assim, a possibilidade de ora assumir

um, ora assumir outro gênero. Contudo, a problematização tem perpassado por outros aspectos como a identidade sexual e a própria construção dos corpos. O que parece é que ainda se faz necessário o apego a algo natural, que se constitua em uma verdade “imutável” e por isso, os aspectos físicos e biológicos são bastante utilizados na tentativa de consolidar o natural. Em outros termos, a sua naturalização imprime um caráter de fixidez e continuidade.

O que vem sendo discutido, atualmente, é a própria construção do sexo. O sexo seria categorizado tanto quanto o gênero, representando também todo o aparato cultural/simbólico que marca os nossos corpos (Butler, 2003). A (i)mutabilidade do sexo, a questão da identidade representacional são os principais focos que não apenas a teoria feminista, mas os estudos sobre sexualidade vêm tentando debater. A confluência entre sexo e gênero e o seu caráter “natural” é largamente criticado como uma forma de controlar, regular e produzir os sujeitos. Existem inúmeras formas de se pensar como os nossos corpos são conformados e estabelecidos em uma lógica que se tornou imprescindível para a continuidade social.

Aliás, acreditar que o gênero é construído sócio e culturalmente, não significa afirmar que ele possa ser descartado facilmente, nem que possamos trocá-lo como fazemos com nossas roupas ou como mudamos de hábitos. A identidade tem sido mantida utilizando-se dos parâmetros “estáveis de sexo/gênero e sexualidade (Louro, 2004).

A busca por um reconhecimento, seja institucional ou não, criou os sujeitos a quem a homossexualidade deveria representar. E a representação tem sido uma questão conflituosa não apenas para o feminismo, como para os estudos de gays e lésbicas. Como afirma Costa,

(...) interpretar a idéia de ‘homossexualidade’ como uma essência, uma estrutura ou denominador sexual comum a todos os homens com tendências homoeróticas é incorrer num grande erro etnocêntrico. Penso que a noção de homoerotismo tem a

vantagem de tentar afastar-se tanto quanto possível desse engano. Primeiro, porque exclui toda e qualquer alusão a doença, desvio, anormalidade, perversão, etc., que acabaram por fazer parte do sentido da palavra ‘homossexual’. Segundo porque nega a idéia de que existe algo como ‘uma substância homossexual’ orgânica ou psíquica comum a todos os homens com tendências homoeróticas. Terceiro, enfim, porque o termo não possui a forma substantiva que indica identidade, como no caso do ‘homossexualismo’ de onde derivou o substantivo ‘homossexual’ (Costa, 2002, p. 22).

O apelo à diferença é outra forma problemática de categorização. Eleger uma identidade coletiva, na busca pelo reconhecimento de direitos, tomando como base diferenças étnicas, sexuais, corporais etc., pode simplesmente essencializar traços, marcar os sujeitos que se inserem nessa identidade. O que se tornou um dos pontos centrais nesta discussão é como questionar uma representação que naturaliza um sujeito e o torna parâmetro para outros indivíduos, sem naturalizar a própria diferença. Ou melhor, sem produzir diferenças que se tornem também marcas “sensíveis”. Percebemos, de fato, como os traços se materializam nos e por meio dos corpos. O corpo passa então a não apenas falar, mas a significar as pessoas, colocá-las em seus lugares e exigir delas certas atitudes.

(...) Tratar as pessoas diferentemente e, assim fazendo, enfatizar suas diferenças pode muito bem estigmatizá-las (e então barrá-las em matéria de emprego, educação, benefícios e outras oportunidades na sociedade), do mesmo modo que tratar de modo igual os diferentes pode nos deixar insensíveis às suas diferenças, e isto uma vez mais termina por estigmatizá-los e, do mesmo modo, barrá-los socialmente num mundo que foi feito apenas a favor de certos grupos e não de outros. Ser diferente é um risco de qualquer maneira – é o que pretende nos dizer o dilema da diferença assim formulado (...) (Pierucci, 1999, p.106).

Por outro lado, a falta até mesmo de elementos visíveis externalizados, seja no corpo, nos gestos e nas próprias atitudes, faz com que certas práticas, identidades, corpos e sujeitos se tornem invisíveis. Na verdade coloca-se a dificuldade de lidar com a ambigüidade contínua, como no caso da bissexualidade. Em se tratando de práticas bissexuais, a possibilidade de perpassar as duas normas (homo e hetero) deixa sempre um ar de indecisão e contradição, como se fosse impossível gostar de ambos os sexos e

expressar esse desejo. Já que os estereótipos não se reproduzem no corpo, faltam traços que representem uma possível identidade, marcas que possam se reunir na construção de objetivos comuns.

Isso, claro, se um único elemento constitutivo da identidade for levado como a única possibilidade de representação. A dificuldade de lidar com as ambivalências vem justamente de como negociar com os vários caracteres que surgem no cenário das minorias sexuais; a visibilidade e invisibilidade de certas identidades e práticas sexuais. Não restam dúvidas que, questionando a originalidade ou a forma como isto foi validado, a sexualidade tem sido normatizada e certas relações fixadas como padrões. A heterossexualidade foi a eleita para assumir posição privilegiada no esquema hierárquico. Práticas não condizentes com a heterossexualidade, como o sadomasoquismo, a homossexualidade, o travestismo, a bissexualidade tornaram-se práticas marginalizadas, excluídas do exercício da cidadania, ou pelo menos de parte dela e de certos lugares de sociabilidade, relegando-as, assim, aos guetos.

A invisibilidade aqui não afirma a inexistência de tais práticas, nem tão pouco a não discriminação exercida sobre elas. Problematizar esta invisibilidade visa não somente levar em conta a exclusão/inclusão, mas, particularmente, a não integração. A aceitação ou não da homossexualidade tem sido absorvida por vários motivos, que vão desde a posição social à idade dos sujeitos que resolvem se assumir como tal. Mas a igualdade de direitos civis é um caminho longo a ser percorrido. A conquista de espaços abertos para discussão é ponto fundamental na disputa pelo reconhecimento.

Problematizando a hierarquização de identidades, não somente hegemônicas, mas as próprias categorias que surgem dentro da representação da mulher no feminismo, Donna Haraway (2000) questiona a dominação existente entre as próprias mulheres que não depende apenas do sexo ou gênero, mas da raça, classe, faixa etária e outras

denominações. O ponto central parece ser a idéia de uma política construída a partir das identidades “fraturadas”, ou seja, ela defende uma proposta de identidade que não se baseie em nenhuma essência entre as mulheres ou outros grupos, mas que antes seja formada pela “coalizão”, por uma afinidade que estabeleça laços capazes de construir uma consciência de oposição.

Nas suas discussões sobre uma política pós-identitária ciborgue, a autora questiona, de uma forma muito singular, a opressão que as próprias representações daqueles que se dizem oprimidos vão produzir. O reconhecimento e as classificações são, de certa forma, dois problemas que vão perpassar a construção de qualquer identidade que pretenda quebrar com identidades hegemônicas.

Nomear, denominar já é uma forma de classificação, o que torna as coisas apreensíveis e cognoscíveis; é a forma como as categorias foram construídas, historicizadas e contextualizadas que condiciona o olhar sobre a nossa sexualidade e de como ela foi moldada. Como bem demonstra Foucault, discursivamente o sexo é produzido, regulado e controlado, onde surge uma história da sexualidade que converge saber e poder (Foucault: 1988).

Ainda assim, esses ‘corpos estranhos’ são marginalizados, seguindo a lógica hierárquica de gênero. Por viverem na fronteira, ou nos interstícios do que pode ser categorizado como desviantes ou não, eles acabam por se tornar ilegíveis. Isto porque precisamos de aspectos visíveis para classificar os sujeitos ou, pelo menos, que eles sejam reconhecíveis e decifráveis para que assim possamos enquadrá-los em uma lógica.

Neste sentido, concordo que a diferença pode se apresentar como cilada: proclamá-la ou não, de maneira geral, faz parte de um projeto político e como tal já é também um processo diferenciador, ao incluir ou não certos indivíduos. Mas isso não

invalida a luta, não apenas pelo reconhecimento ou (re)integração, mas também pelo conhecimento de outras práticas que escapem à norma.

Aqueles e aquelas que transgridem as fronteiras de gênero ou de sexualidade, que as atravessam ou que, de algum modo, embaralham e confundem os sinais considerados 'próprios' de cada um desses territórios são marcados como sujeitos diferentes e desviantes. Tal como atravessadores ilegais de territórios, como migrantes clandestinos que escapam do lugar onde deveriam permanecer, esses sujeitos são tratados como infratores e devem sofrer penalidades. Acabam por ser punidos, de alguma forma, ou, na melhor das hipóteses, tornam-se alvo de correção. Possivelmente experimentarão o desprezo ou a subordinação. Provavelmente serão rotulados (e isolados ) como 'minorias'. Talvez sejam suportados, desde que encontrem seus guetos e permaneçam circulando nesses espaços restritos. Já que não se ajustaram e desobedeceram às normas que regulam os gêneros e as sexualidades, são considerados transgressores e, então, desvalorizados e desacreditados. Uma série de estratégias e técnicas poderá ser acionada para recuperá-los: buscar cura-los, por serem doentes, ou salva-los, por estarem em pecado; re-educando-os nos serviços especializados, por padecerem de 'desordem' psicológica ou por pertencerem a famílias 'desestruturadas'; reabilitando-os em espaços que os mantenham a salvo das 'más companhias'(Louro, 2004, p. 87-88).

Acredito que todas essas discussões têm suas especificidades, mas acabam entrelaçando-se em um ponto comum que é o princípio desta problematização; refiro-me a busca por representatividade. É inegável a importância de estratégias políticas utilizadas pelos movimentos sociais para garantir e valorizar seus direitos e suas identidades. O que tenho tentado demonstrar é que, longe de ignorar as opressões que as minorias sexuais sofrem, não apenas no cenário político, bem como no cotidiano, procuro enfatizar que a constituição dessas identidades, aclamadas como representacionais, não devem se embasar em lógicas fundacionais (Butler, 2003).

Não se trata de abolir com as identidades. Afinal quando procuro explorar a bissexualidade dentro do movimento homossexual, é justamente a falta de credibilidade de uma identidade bissexual que me chama a atenção. E de certa forma, faz com que procure entender como esses indivíduos, que se declaram bissexuais, atuam para fazer valer suas diferenças. Dentro deste contexto, as várias possibilidades de identificação que

surgem necessitam, também, ampliar os fins políticos e a maneira de se organizar, já que, a identidade coletiva vai se tornando pequena para dar conta da multiplicidade.

Mesmo em se tratando de identidades coletivas, já que não podemos nos referir à apenas uma identidade, já que os sujeitos que reivindicam representação e espaço também são múltiplos, em algum momento é necessário que as demandas objetivadas por elas possuam equivalência, isto é, precisa convergência em algum objetivo ou estratégia para poder se efetivar. As particularidades existem e revigoram o movimento, no entanto, estabelecer uma equivalência com outras particularidades pode em determinado momento causar maior impacto e tornar as reivindicações mais visíveis.

Faço referência ao conceito de equivalência de Laclau que, ao analisar as identidades coletivas e o processo de inclusão e exclusão que fazem parte de qualquer definição de categoria, chama atenção para a tentativa de unidade de demandas mesmo em se tratando de identidades políticas distintas e antagônicas. Para deixar mais claro, Laclau (2006) considera que, embora no processo de organização de grupos, as características podem ser as mais heterogêneas possíveis, existe um elemento de positividade que vai proporcionar a unidade entre elas. Se pensarmos no caso do movimento feminista, de gays e lésbicas, bissexuais, travestis, podemos dizer que todos eles se encontram ligados no combate à heterossexualidade compulsória.

Assim como também podem existir outros pontos que os unam, que provocam os chamados pontos de sutura. Utilizo-me, aqui, da problemática da homogeneidade e heterogeneidade para mostrar que a articulação entre diferentes grupos simplesmente é possível como se torna necessária em determinados momentos. A radicalidade de uma ação política está em seu próprio poder de transformação e de negociação. Segundo Laclau:

Se encontrarmos distintos graus de marginalidade, distintos graus de pobreza, distintos tipos de insegurança social, toda essa lógica de homogeneidade e heterogeneidade entra em um processo de contaminação mútua e nos aproximamos de uma visão da política que fecha caminho à idéia de ruptura através de uma exterioridade total, e que se aproxima do que Gramsci chamava uma guerra de posições. Que dizer, a recomposição das identidades coletivas através desta combinação entre o homogêneo e o heterogêneo. E a conclusão fundamental que gostaria de retirar desta observação é que o momento da articulação política passa agora a ser constitutivo (Laclau, 2006, p.36).

É importante ressaltar que não é meu interesse aprofundar a distinção entre movimentos sociais, associativismo e ONGs. Embora me refira às minorias sexuais como movimentos articulados em torno de uma identidade, considero que a procura por espaço público e político, para discutir e reivindicar seus direitos, com estruturação ou não, já faz de um grupo um movimento direcionado a mudanças sociais. Claro que existem diferenças entre um movimento social e outro, entre ser composto por coordenadorias ou não, ter ou um projeto político efetivo.

Ainda assim, compartilho com a idéia de que as minorias sexuais podem ser consideradas movimentos sociais a partir da interpretação de suas dinâmicas em busca de reconhecimento e na tentativa de estabelecer uma relação entre o Estado e a sociedade civil que tornem legítimas suas práticas e permitam o exercício de sua cidadania. E que também tenho a proposta de informar e proporcionar um melhor conhecimento sobre a sexualidade.

Neste contexto de muitos conflitos e divergências, mas também com muitos pontos em comum, envolvendo política, direitos, identidade e representatividade, é que, então, procurei desenvolver uma discussão que entendesse a viabilidade da articulação desses indivíduos que fazem parte da minoria, em termos de representação, e afirmando, ao mesmo tempo, o próprio estabelecimento de suas identidades como processual e discursivamente constituído.

Se uma suturação eficaz do sujeito a uma posição-do-sujeito exige não apenas que o sujeito seja 'convocado', mas que o sujeito invista naquela posição, então a suturação tem que ser pensada como uma articulação e não como um processo unilateral. Isso por sua vez, coloca, com toda a força, a identificação, se não as identidades, na pauta teórica (Hall, 2000, p. 112).

Essa suturação de que fala Hall pode ser explicada pela força que liga o sujeito às estruturas de significação (Hall, 2000). Em outras palavras, os indivíduos são levados a tomar certas posições, tanto é que se passa a falar em posições-de-sujeito, mas eles não se posicionam apenas por certa intencionalidade. Existem alguns fatores que condicionam os sujeitos em determinadas posições; a ideologia, os discursos, enfim, aparatos sociais que constroem a realidade social. Contudo, é preciso perceber que a subjetividade também faz parte desse jogo de articulação e que, apesar das imposições, existem as resistências de agir ou ser de determinada maneira.

Acredito que as minorias sexuais, mesmo com todos os seus problemas de identificação, têm se tornado um ponto importante para se repensar politicamente não apenas o reconhecimento da diferença, mas no conhecimento da produção dessa própria diferença que não pode mais ser vista como isolada. E além do mais, o cenário que se projeta agora é de uma multiplicidade de sujeitos reivindicando suas identidades não simplesmente em busca da assimilação, mas de mudanças radicais; transformações na linguagem, na maneira de se retratar a esses sujeitos e no modo de entendê-los. Ou então, nem há necessidade de compreendê-los, basta apenas que saibamos que eles existem e, se eles perturbam o sistema, é melhor nos acostumarmos.

No próximo capítulo a análise do Núcleo Bis será feita na tentativa de responder uma das questões que mais motivou esse trabalho. A intenção é compreender como a bissexualidade é aceita ou legitimada pelo movimento GLBT e como o discurso, que criou um conceito geral de bissexualidade, é revertido para a construção de uma

identidade coletiva ou uma identidade de afirmação bissexual individual, mas que tenta gerar o seu próprio discurso.

A constituição do *corpus* partiu de um contato em uma lista de discussão na Internet, onde dois espaços de interação e articulação, para a visibilidade bissexual, mostraram-se bastante atuantes. Um deles é o Espaço B que fica em São Paulo e promove reuniões quinzenais. O outro foco, mais específico desta pesquisa, como já foi dito antes, é o Núcleo Bis, localizado em Brasília - DF. O material da análise é composto pelos jornais impresso, com dez edições até o momento do levantamento do material, que o Núcleo Bis confecciona na tentativa de explicar melhor o que é a bissexualidade e de desmistificar algumas opiniões que fazem dessa prática algo invisível.

Contudo, utilizarei, de forma mais específica, o jornal de número 10, ano 02, para analisar melhor com os 10 mitos sobre a bissexualidade e assim, tentar demonstrar como é que o Núcleo Bis se utiliza de um discurso, até então pejorativo sobre os bissexuais, para reverte uma compreensão da bissexualidade dentro do próprio movimento homossexual. Se pensarmos que os bissexuais sofrem preconceitos, tanto dos hetero quanto dos homossexuais, é de fundamental importância evidenciar que mesmo o debate, que se diz marginalizado, acabar por discriminar outros indivíduos.

Além disso, as listas de discussões na Internet do Coletivo brasileiro de Bissexuais e do Espaço B foram de grande ajuda para começar a inserção no debate acerca do que se dizia sobre as práticas bissexuais e quais eram as verdadeiras angústias daqueles que se encaixavam nelas. O que fica perceptível é a busca de definição de um campo onde as identidades coletivas possam lutar pelos seus direitos e construir a sua representatividade. Como já foi diversas vezes exposto, isto não é nada fácil, mas articular um espaço próprio de interação e organização das idéias, das experiências, dos projetos faz do Núcleo Bis um grupo de compreensão e ao mesmo tempo de instigação para debater a bissexualidade.

## CAPÍTULO IV

### **PRIMEIROS CONTATOS E APROXIMAÇÃO COM O TEMA**

O que motivou essa pesquisa, inicialmente, foi a curiosidade de saber um pouco mais sobre a bissexualidade. No ano de 2003, quando ingressei num núcleo estudos sobre Corpo, gênero e sexualidade na Universidade Federal de Goiás, aproximei-me de temas relacionados à sexualidade. Nas reuniões do grupo, o debate centrava-se sobre corpo, identidade, homossexualidade (tanto masculina como feminina) e, claro, havia momentos de efervescência ao perceber a pouca importância existente no meio acadêmico em relação a esses assuntos e a discriminação envolvida tanto teoricamente, quanto na prática em relação aos indivíduos que se assumiam homossexuais.

No entanto, não havia nenhuma fala ou texto que discutisse ou que relatasse algo sobre bissexualidade. Isto, de certa forma, chamou-me a atenção, o que me levou a pesquisar o assunto e tentar abordá-lo nas reuniões. Para a minha maior surpresa, os outros integrantes do grupo demonstraram também conhecer muito pouco sobre bissexualidade e alguns já me indicaram, em suas falas, a complexidade que seria tratar de uma orientação sexual pouco conhecida e até mesmo definida como inexistente. Em outras palavras, na prática, para aqueles que vivenciavam relações homossexuais, os indivíduos bissexuais eram suspeitos e tachados como impostores por não se definirem realmente.

O que vale lembrar os aspectos negativos, a respeito da bissexualidade, presentes não apenas no âmbito da heterossexualidade, mas também da própria homossexualidade. Aliás, como venho tentando demonstrar, o próprio movimento homossexual tem dificuldades em entender as práticas bissexuais e aceitá-las, por exemplo, na definição de

projetos que visem diminuir a discriminação em torno de uma sexualidade que não compartilhe as mesmas regras da norma heterossexual.

Dentro desse contexto, a bissexualidade aparecia, quando se falava nela, sempre invisível, como um fantasma que assombrava as minorias sexuais por se acreditar no seu caráter duvidoso e indeciso. Afinal, se pensarmos na importância que foi dada a uma identidade representacional eleita com base na opção do desejo homossexual, em oposição ao heterossexual, a bissexualidade não se encaixa. Ao contrário, de certa forma, ela confunde ainda mais os eixos em que essas identidades foram estabelecidas.

A impossibilidade de visivelmente definir o bissexual, ou simplesmente, de enquadrá-lo em um estilo de vida a que se costumou designar como sendo referente aos gays, fez da bissexualidade um tema quase nunca recorrente, tanto teoricamente quanto em se tratando de representação política, de constituir uma identidade de luta.

Todas essas questões permeavam a própria definição do conceito de bissexualidade. As práticas sexuais poderiam, assim, ser referenciadas como indivíduos que se relacionam com ambos os sexos, mas esse relacionamento é que pouco foi compreendido. Tanto é que, uma das críticas aos bissexuais é de serem homossexuais não resolvidos. Isto implicaria, ainda, na impossibilidade de ter-se uma relação fixa ou estável quando se é um bissexual.

Cabe ressaltar, como já foi dito em vários momentos deste trabalho, que ter desejos por ambos os sexos não significam relacionar-se com homens e mulheres ao mesmo tempo. Em outras palavras, é perfeitamente possível que um bissexual mantenha uma relação estável com um dos sexos em um certo momento da sua vida, e com outro em uma outra experiência. O que é preciso entender é a abertura desses indivíduos para a expressão de desejos diferentes, sem ter a necessidade de seguir um único padrão.

Nas falas das entrevistas que fiz com os próprios coordenadores do Núcleo Bis, a afirmação de que eles poderiam muito bem manter uma relação estável, com uma pessoa, e romper essa relação de repente, se viesse a se apaixonar por outra pessoa. Isto demonstra o interesse dos próprios bissexuais em quebrar com uma visão de promiscuidade atribuída à bissexualidade. Esta visão de promiscuidade é colocada pelos tanto pelos homossexuais quanto pelos heterossexuais, por concluírem que a fidelidade em algum relacionamento bissexual é impossível.

Dessas primeiras discussões, a respeito da bissexualidade, certas características ficaram marcadas na minha imagem do que seria ter práticas bissexuais e, se assumir como bissexual. Isto é, havia hierarquicamente também uma divisão, podendo variar de acordo simplesmente com o objeto de desejo, ou com a menor ou maior confiança depositada nas práticas desses indivíduos. Embora pretenda, neste capítulo, desenvolver de forma mais detalhada que caracteres são estes, partindo da perspectiva de quem assim se assume, o interesse está em apreender as relações sociais que, dentro do próprio movimento em favor das minorias sexuais, designa como válidas certas identidades e como duvidosas outras.

No período em que comecei a escrever meu trabalho de final de curso da graduação, a questão da desconfiança sobre o comportamento dos bissexuais foi tornando-se mais presente e intrigante. Como se tratava apenas de uma intenção de pesquisa, o material utilizado ficou restrito a textos e discussões em páginas da Internet. Contudo, já começava a procurar algum movimento que trabalhasse especificamente com a bissexualidade e com suas particularidades dentro do movimento homossexual.

O acesso a listas de discussões em páginas da Internet e conversas com amigos que já participavam ou conheciam algum movimento sobre sexualidade foi uma maneira rápida e agradável de me inserir nesses espaços que tentam construir uma sexualidade

mais igualitária e justa e que utilizam suas próprias vivências para gerar um espaço político de discussão. A partir daí, comecei a me inteirar da dinâmica de alguns grupos e conheci dois núcleos voltados para tratar da bissexualidade.

Em princípio, a preocupação era saber se realmente havia um espaço voltado para discutir as especificidades dos bissexuais, já que as críticas relacionadas a eles faziam referência a um grupo inexistente ou, no mínimo, que não se interessam em se representar. Foi então que entrei em contato com o Núcleo Bis, um grupo voltado para a discussão a respeito da bissexualidade. O contato com esse grupo direcionou minhas primeiras impressões para a compressão não simplesmente da formação do conceito, mas também como ele era trabalhado dentro das discussões e quais seriam, então, as divergências com a concepção de bissexualidade utilizada para definir esses sujeitos envolvidos nessas práticas.

## **1. O NÚCLEO BIS**

A primeira conversa que tive foi com a, então, coordenadora do Núcleo. Interei-me sobre a formação do Núcleo e a atuação do mesmo junto ao movimento homossexual e obtive a informação importante de que o Núcleo Bis faz parte do Grupo Estruturação. O Grupo Estruturação é uma ONG homossexual, criada há dez anos, que atua em Brasília e tem importante participação na luta contra a homofobia no Centro-Oeste.

Aliás, uma outra coisa relevante a se saber sobre o Bis, voltado para a discussão das práticas bissexuais, é a não intenção de ser um movimento isolado. Em outras palavras, mesmo com todas as dificuldades de afirmar as especificidades dos bissexuais, como já foi dito em outros momentos deste trabalho, uma característica da “política” do

Núcleo Bis é não ser um movimento separado e difuso, mas que atua em conjunto com outras minorias sexuais.

Isso fica claro na fala da coordenadora, quando ela explicita casos de discriminação em relação aos bissexuais dentro do próprio movimento GLBT, porém justifica a necessidade de abrir-se para o debate e não partir para a segregação. De fato, a articulação das minorias sexuais é uma problemática perceptível na ascensão de demandas e na busca de direitos políticos. Como retrata a própria Coordenadora do Núcleo, ao referir-se ao período da formação do mesmo:

“No XI EBGLT (Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis - 2003), que foi em Manaus, houve a retirada do B de bissexuais da “sigla oficial” e o argumento foi de não haver nenhuma organização de bissexuais no movimento. Contudo, havia pessoas que se assumiam como bissexuais mas que, por algum motivo, não sentiram a necessidade de ter um espaço próprio. Ao mesmo tempo, começou a haver uma série de piadinhas maldosas sobre bissexuais. Quando percebi que havia um preconceito com bissexuais e que isso, de certa forma me atrapalhava, tomei a liberdade de pedir um espaço para discutir esta temática no grupo Estruturação, que foi muito sensível a essa questão” (Fala da coordenadora do Bis).

A inserção ou não da letra B, pelo que se pode perceber, foi apenas mais um motivo para a iniciativa de se formar esse grupo. Mesmo que dentro do Estruturação e, utilizando seu espaço físico, a construção de um debate voltado especificamente para a bissexualidade foi um passo decisivo em relação à abertura de outras minorias sexuais. Quer dizer, a criação de um espaço de crítica ao próprio movimento homossexual, caso este demonstre inflexibilidade na interação com outros grupos. Este espaço é um espaço privilegiado e também parte do processo de resignificação.

O Núcleo Bis é um espaço de interação e informação sobre bissexualidade e práticas bissexuais, levando em consideração que o objeto de desejo sexual é apenas uma forma de expressão de múltiplas sensações que os sujeitos podem ter nas relações sexuais. Digo isso, porque, embora a própria palavra bissexualidade seja uma demarcação, como

qualquer outra categoria, o fato de ter atração ou desejo por ambos os sexos, possibilita uma interpretação da sexualidade de maneira mais flexível.

Embora o meu contato tenha sido apenas com os coordenadores, já que, às vezes em que visitei o Núcleo ninguém compareceu às reuniões. Em conversas informais que tive com pessoas que se definiam como bissexuais e também minha experiência em uma reunião do Espaço B em São Paulo, a percepção é de que esses espaços constituem pontos de apoio, ou melhor, é um lugar onde os indivíduos podem expressar, sem medo, seus desejos e angústias. É, assim, um espaço onde pessoas interagem com outras, que possuem vivências parecidas.

O Estruturação, apesar de ter dez anos de existência, como grupo homossexual, possui vários outros núcleos que se revezam em reuniões em diferentes dias da semana, como por exemplo, o núcleo de lésbicas, travestis e o de bissexuais. Essa configuração é importante, porque, embora a reunião de cada grupo não seja fechada a outras identidades, possibilita enfatizar as especificidades de cada um. As reuniões do Núcleo Bis são mensais, acontecendo às 16:30h, aos domingos.

Os elementos identitários que viabilizam a homogeneização dos indivíduos em torno de uma identidade, de forma geral, como já foi relatado antes, permitem a estabilidade da identidade coletiva e a organização de demandas e projetos que os insiram na sociedade, propondo que a sexualidade tem os seus aspectos históricos. Mas por outro lado, a estabilidade e a assimilação, através de uma identidade representacional coerente, essencializa o que é para ser considerado como cultural.

Em relação à categorização de uma identidade coerente, a política do Núcleo Bis é clara e enfática ao defender muito mais uma desestabilização das identidades do que a proclamação de algo fixo. Claro que, como foi relatado pelos coordenadores do Núcleo, a bissexualidade é também uma categoria que representa certos indivíduos. No entanto, a

proposta é muito mais de entender a bissexualidade e as práticas bissexuais do que afirmá-las. A necessidade de um lugar de pertencimento, que garanta a fala e a presença dos bissexuais na luta contra a homofobia, é importante e desejado, mas isto é implica ao mesmo tempo o reconhecimento das práticas bissexuais. Isto significa que, efetivamente, é mais do que o entendimento do que seja a bissexualidade.

Nesse sentido, quando Berenice Bento (2006) aborda a questão da identidade transexual, ao relatar os limites dos estudos de gênero e com a questão do relacional e plural, a autora faz uma crítica à oposição binária do gênero e acredita que os estudos *queer*, ao propor a instabilidade e a recriação constante não simplesmente dos gêneros, mas também dos corpos, consegue ser muito mais radical ao atingir a heteronormatividade.

Nos últimos anos, a proposta teórica de que o corpo-sexuado, o gênero e a sexualidade são produtos históricos, coisificados como naturais, assume uma radicalidade de desnaturalização com os estudos *queer*, fato que terá desdobramentos na concepção do que seja identidade de gênero e em como organizar as identidades coletivas. Para esses estudos, a luta organizada dos gays, das lésbicas, dos transexuais e das mulheres negras prescinde de uma identidade coletiva calcada na ficção de que todos sejam portadores de elementos identitários essenciais que os visibilizem e os homogeneizem. A política *queer* é baseada na instabilidade das identidades. No entanto, a posição *queer*, ao longo da década de 1990, gerou polêmicas e resistências nas comunidades gays e lésbicas norte-americanas (Bento, 2006, p.82).

Retomo a proposta da teoria *queer*, pois de modo parecido com o que a citação acima faz referência a instabilidade das identidades e, assim, de uma possível criação contínua do corpo; a bissexualidade implode com o binarismo hetero/homossexual. Claro que o próprio conceito de bissexualidade, ou de uma identidade bissexual, é uma categoria e pode ser também uma demarcação. Aliás, o termo *queer* é uma criação, um construto, porém o que faz a diferença é a maneira de enxergar e defender uma política de identidade. Talvez seja exatamente pelo fato da resistência dos homossexuais em relação aos bissexuais, que tais práticas se tornem mais subversivas e transformadoras.

Não quero afirmar que a bissexualidade é uma possibilidade futurista ou algo assim, de viver mais libertariamente nossas sexualidades, apenas utilizo-me do discurso que se configurou em torno dela, e, principalmente, criou pejorativamente um aspecto duvidoso e inacessível, para tentar enxergar os limites de qualquer identidade que se fixe no corpo e mesmo na orientação sexual. A tentativa do Núcleo Bis de trabalhar em cima desse discurso negativo e revertê-lo, para enfatizar a necessidade de uma compreensão sobre a bissexualidade, expressa-se como um ponto de partida promissor para se pensar a sexualidade.

Tendo em vista a perspectiva de uma identidade e até mesmo de uma sexualidade constituída nas relações sociais, ou seja, na prática e nas experiências vividas, mesmo a subjetividade passa a ser construída. De fato as subjetividades são articuladas na realidade social, o que não significa dizer que não haja negociação na organização da subjetividade, mas sim, que certos contextos sociais implicam determinadas práticas.

As teses de Butler e de Bourdieu sobre a importância da prática para explicar a organização das identidades encontram na definição de experiência proposta Lauretis (1984) uma outra ponte de interlocução. Para esta autora, a experiência é o processo por meio do qual a subjetividade é construída. Pela experiência, o sujeito se põe ou é posto na realidade social e percebe como subjetivas (que têm sua origem no indivíduo e se referem a ele próprio) aquelas relações – materiais, econômicas e interpessoais – que são, de fato, sociais e históricas (Bento, 2006, p. 99).

A questão da experiência e da prática social a que Berenice Bento faz referência, tomando emprestado de autores como Butler e Bourdieu, demonstraram ser importante para problematizar a identidade bissexual, pois, mesmo que se afirme uma suposta invisibilidade dos bissexuais, principalmente se tratando de participação em algum grupo de luta contra a homofobia, é na dinâmica da construção de pautas de luta e reivindicações que se combinam prazer e política. Em outras palavras é neste momento que as vivências desses indivíduos se tornam importantes para criar um movimento de luta.

Portanto, quando a coordenadora afirma que “a proposta é muito mais de entender a bissexualidade” isto implica ir além do entendimento. A criação deste espaço leva a se compartilhar vivências e práticas que subjazem às subjetividades e a própria possibilidade de constituição das identidades. Pois em algum momento a discussão que se estabeleceu no grupo deve ser levada a um outro espaço de discussão para garantir sua legitimidade.

É então dentro dessa discussão que o Núcleo Bis se insere, atuando no movimento GLBTT<sup>2</sup> e buscando elaborar o seu próprio discurso com sua própria gramática. Digo isso porque, de forma geral, o que se diz sobre a bissexualidade e sobre os indivíduos que estão envolvidos em suas práticas, além de trazer marcas negativas é construído por outros, como por exemplo, os homossexuais e heterossexuais. Mesmo que isso possa vir a ser uma consequência da ausência dos bissexuais no movimento e nas plenárias reivindicativas, isto não justifica que suas especificidades sejam ditadas por outros.

Essa crítica, que até mesmo o Núcleo Bis faz sobre os representantes do movimento, é válida e plausível, já que, uma das grandes vitórias do movimento homossexual é ter o direito de falar por ele mesmo e em nome de seus sujeitos. Colocar a homossexualidade como sujeito e não apenas como objeto de análise, foi imprescindível para dar voz ao movimento. Contudo, se a apreensão do significado do que é ser homossexual vier com o intuito de estabilidade e assimilação, o risco de incorrer nos mesmos erros daquilo que se quer desconstruir pode aumentar.

Neste sentido, podemos nos perguntar se o Núcleo Bis é um espaço onde os bissexuais poderiam falar por eles mesmos e se isto efetivamente ocorre, em que medida

---

<sup>2</sup>Atualmente a inserção dos dois T (travestis e transexuais) vem sendo usada para substituir o T de transgêneros, já que nenhuma nem outras dessas duas categorias se sentiam contempladas pelo transgêneros. Contudo, a ordem das siglas e a duplicação ou não do T não é algo fixo ou estabelecido. As referências variam dependendo do grupo ou movimento que as cita.

se pode considerar este espaço como expressão ou iniciativa para a construção de uma identidade bissexual?

O meu contato com o Núcleo Bis e o material a que tive acesso, como jornais, folhetins e listas de discussões na internet, demonstrou a preocupação em revisitar os discursos gerais onde a bissexualidade aparece, mesmo que de uma maneira marginal, para dar maior visibilidade às práticas bissexuais. Também é interessante perceber a preocupação dos coordenadores do grupo em fazer dos participantes da reunião criadores dos seus próprios discursos e vivências. Quer dizer, as pessoas passam a ser agentes do que pode ser entendido como bissexualidade.

Um dos veículos do Núcleo Bis é o seu informativo<sup>3</sup>, que utilizamos aqui para perceber como e qual é o discurso que esse grupo constrói sobre a bissexualidade.

O informativo de Julho/Agosto de 2006, do Núcleo Bis contém 10 mitos mais conhecidos sobre o que se pensa a respeito da bissexualidade. Claro, essas suposições ou mitos não são afirmações que aparecem de uma hora para outra, ou sem que haja todo um contexto que legitime ou não essas premissas. Apesar de todo um movimento que vise a ampliação das identidades coletivas e sua articulação, em outras palavras, que as minorias sexuais se unam para ganhar mais espaço público e legitimidade perante a sociedade civil, a problemática gira em torno de uma disputa de poder interna que acaba por ultrapassar o objetivo de diminuir a discriminação.

Tomamos como ponto básico os 10 mitos, impressos no Jornal Bis, para analisar o discurso dos bissexuais e sua relação com o discurso que tenta deslegitimar a bissexualidade; que é criado, assimilado e propagado pelos heterossexuais e aparece, também, no movimento homossexual. Isto é, o que é dito, como é dito, a partir de onde, quem está dizendo o quê em interação com quem. Para isso, a Análise do Discurso será

---

<sup>3</sup> Núcleo de Bissexuais do Estruturação de Julho/Agosto de 2006, publicado em Brasília – DF

utilizada na tentativa de perceber a interdiscursividade que permeia a construção não apenas do conceito de bissexualidade, mas também da constituição do que é aceito, permitido ou não em relação às práticas sexuais.

Uma questão importante a se relatar neste trabalho foi a utilização de entrevistas que, embora não seja o foco analítico da pesquisa, ajudou consideravelmente a perceber melhor como a bissexualidade era vivenciada. As entrevistas foram feitas de modo informal, os entrevistados eram amigos de amigos que se dispuseram a conversar sobre suas práticas bissexuais. Apenas foram realizadas oito entrevistas, onde nem todos eram bissexuais, já que a proposta também permeia como os homossexuais e os heterossexuais percebem a bissexualidade. E isto contribuiu ricamente para os próximos passos da pesquisa.

Essas entrevistas, é importante ressaltar, foram realizadas com três mulheres e cinco homens, o que me levou a perceber certa facilidade dos homens em falar de sua sexualidade e especificamente da relação entre homossexualidade e bissexualidade. Já que, dentre esses cinco três se definiam como gays e o restante como *queer*. É interessante que o contato com essas pessoas foi através da técnica que se pode chamar de bola de neve, isto é, eu conhecia um amigo que conhecia um amigo e ambos estavam dispostos a conversar comigo. Assim consegui conversar com esses indivíduos e ter boas perspectivas para o que eu pretendia estudar e explorar sobre a bissexualidade.

Uma outra fonte importante foram as listas de discussões a que tive acesso na Internet. Embora seja complicado citar e utilizar esse material devido aos limites que este espaço ainda possui. Isto porque, embora as listas tenham ajudado a entender quais os principais problemas e reivindicações dos bissexuais em pauta no movimento, a Internet ainda é problemática quando se trata de citar as questões que são discutidas virtualmente.

Mesmo que representem opiniões de indivíduos, pessoas, a Internet ainda traz uma “outra” realidade nem sempre passível de ser apreendida.

Pela própria característica do que temos discutido nesta pesquisa, a dificuldade em entrevistar ou mesmo localizar pessoas que se assumissem como bissexuais e estivessem dispostas a falar foi bastante presente. Contudo, isto não impossibilitou a realização de um estudo sobre a bissexualidade que, dentro de suas possibilidades, compreendesse como ela é percebida e vivida dentro do movimento das minorias sexuais, ou mesmo de maneira individual.

## **2. DESCONSTRUINDO OS MITOS**

Como já foi explicitado em diversos momentos desse trabalho, a bissexualidade traz consigo um caráter ambíguo e contraditório que lhe confere uma imagem pouco amigável, tanto entre os homossexuais quanto entre os heterossexuais. Esse discurso difundido no próprio movimento homossexual, que se constitui acerca das práticas bissexuais envolve diversos fatores, tais como, identidade, representação, conquista de direitos políticos, espaço público e, principalmente, a relação com a auto-afirmação sempre presente na luta das minorias sexuais.

A resistência de identidades, tidas como marginais e excluídas e a demonstração de que elas não são unitárias, tanto a hegemônica quanto a dominada, deve trazer contida em si mesma a problematização da inclusão/exclusão que a representatividade pode gerar. Além disso, nada mais incoerente do que não reconhecer que as identidades não são apenas generificadas e construídas a partir de diferentes discursos sobre sexualidade e gênero, mas são perpassados, também, por questões de raça/etnia, classe social, idade e

outros fatores que facilitam ou não a possível aceitação e sua inserção nas relações sociais.

As tentativas historicamente renovadas de formular uma lei para a espécie, capaz de descrever as regularidades das relações dos indivíduos consigo mesmos e com os outros, contribuíram também para a formulação de estereótipos de gênero e de representações do sexo na sociedade ligados à descrição de uma sexualidade normal à qual todos estão virtuosamente destinados (Phillippi, 2005, p. 25).

Neste sentido, quando o Núcleo Bis aponta para certo descaso do próprio movimento homossexual para com os bissexuais, como, por exemplo, não dar “voz” a esses indivíduos para falar de suas preocupações e experiências, as relações de poder que se impõem aí segrega tanto como a que eles desejam transgredir. Isto talvez se explique pela tentativa do movimento homossexual de constituir a homossexualidade, principalmente a gay (masculina), como positividade que não represente perigo e assim, consiga ser legitimada pela sociedade. Como observa Furlani, a partir da afirmação de Guacira Louro de que o modelo, que definiu a identidade gay e lésbica, é insuficiente, uma vez que se baseou excessivamente na “escolha do objeto amoroso,

um modelo que não levou em conta, por exemplo, grupo homossexuais que se definem pelo tipo de práticas sexuais (como aqueles/as que praticam o sadomasoquismo ou o sexo grupal), ou os grupos que ultrapassam as fronteiras de gênero e as biológicas ( como os/as transexuais); ou o grupo que não direciona de modo exclusivo e único o seu objeto de desejo ( como os/as bissexuais). Portanto, foi a existência de uma indiscutível multiplicidade sexual e de gênero, presente na homossexualidade, mas negada pela pretensão de uma identidade única e universal, que colocou em xeque a insuficiente estratégia epistêmica adotada pela política identitária sexual ( Furlani, 2005, p. 227).

Por isso, é necessário compreender ou interceptar as imbricações que constituem esses discursos sobre a sexualidade legitimando certas expressões do desejo e condenando outras à marginalização. Sendo assim, a Análise do discurso contribui para perceber as relações de poder inerentes a qualquer fala, diálogo, teoria ou texto. Cabe lembrar que a definição de discurso pode variar de acordo com a necessidade e preocupação da pesquisa.

O discurso é entendido, aqui, como uma construção envolvendo relações com outros discursos e sendo constituído na prática social. Quer dizer, a perspectiva adotada é de que as relações sociais e sua dinâmica se constituem como discurso, portanto considera-se a prática social como discurso. Mesmo que existam, de forma clara ou não, um conjunto de regras estabelecidas, elas estão determinadas por indivíduos e suas relações. Neste sentido, o objetivo de utilizar a AD:

é realizar uma reflexão geral sobre as condições de produção e apreensão da significação de textos produzidos nos mais diferentes campos: religioso, filosófico, jurídico e sócio-político. Ela visa compreender o modo de funcionamento, os princípios de organização e as formas de produção social do sentido (Minayo, 1991, p.11).

Podemos acrescentar que a produção social do sentido cria e possibilita as relações sociais e conseqüentes posições de sujeito, já que a preocupação com a interferência social, naquilo que se produz, é, de certa forma, um modo de apreender ao menos uma parte da dinâmica e das relações de poder que se encontram postas na produção dos sentidos.

Dessa maneira, trabalhar com os 10 mitos, relacionando-os com o discurso do próprio movimento a favor das minorias sexuais, permite expor quais são as interdiscursividades atuantes na definição do próprio conceito de bissexualidade. Já que, a maneira de trabalhar com esses mitos é justamente sobrepor essas premissas com os textos e as falas do Núcleo Bis.

Assim, o interesse é buscar o que está, de certa forma, expresso e ausente e que é constitutivo do discurso e que influencia na produção do que vem a ser bissexualidade e de como ele é concebida socialmente (com seus efeitos pejorativos ou não). Existe uma fala criada, articulada e constitutiva que relaciona as minorias sexuais, transformando a heterogeneidade numa produção de um discurso coerente e com similitudes que constitui essas minorias, podendo vir a ter pretensão de universalidade. Por outro lado, essa mesma

heterogeneidade reclama suas diferenças, trazendo para o debate aquilo que nem sempre foi colocado na exposição de um discurso.

Nesse sentido, quando Maingueneau (1993) afirma que o discurso é algo finito e definido de acordo com uma dada posição, e que pode alterar essa mesma posição, o autor chama a atenção para o nível “constitutivo” que se relaciona com o interdiscurso. O interdiscurso, nesse caso pode representar a exterioridade que permeia qualquer discurso, já que o discurso não pode ser considerado como algo isolado. Além disso, dentro de um mesmo grupo ou movimento há vários discursos que se contrastam e se relacionam em diferentes pontos. Mas ainda assim existe uma “gramática” própria dentro desses movimentos.

Segundo Foucault a noção de discurso está mais para formulações discursivas como um conjunto de regras anônimas, históricas, determinadas no tempo e espaço, definidas por uma época e por uma área social e que, claro, trazem as condições econômicas, geográficas e lingüísticas dessa região (1988). Entendido dessa forma, o discurso contém tanto traços lingüísticos atuais quanto históricos, e assim, para apreender a maneira como ele fornece elementos e delimita uma identidade é necessário perceber as trocas entre os discursos que são sobrepostos.

Muitas das pressuposições que serão relatadas aqui, já permearam este texto de várias maneiras. Isto porque, uma das inquietações dessa pesquisa foi exatamente a aparente invisibilidade dos bissexuais, cercados por piadinhas que revigoram seu caráter de suspeita e dissimulação perante os hetero e homossexuais. O fato de não definir uma pessoa de um dos sexos para ser o objeto de desejo facilitaria, assim, que os bissexuais transitassem livremente pelos dois espaços.

Tomando como ponto de partida de que toda identidade é relacional e se efetiva como processo de identificação, de uma tentativa de fixação de um sentido e que este

sentido não existe isoladamente, mas se constitui nos processos discursivos em que um discurso se constrói na relação com outros discursos, cabe, então, analisar se podemos identificar um discurso bissexual a partir do qual poderíamos falar de um processo de identificação.

É nesse sentido que vamos analisar os dez mitos, acima referidos, como uma construção a partir de um processo interdiscursivo, sendo assim, existe a questão se podemos falar de um discurso da bissexualidade e de como ele se constitui, dialogando com outros discursos.

### ***2.1 Bissexualidade não existe***

Conforme a opinião do Núcleo Bis, a bissexualidade como algo dado e natural não existe, o que existe é a identidade bissexual. O que existe são pessoas que têm desejos, comportamentos e/ou identidades sexuais marcadas pelo fato de não estarem voltadas a apenas para um dos sexos. Quando esse enunciado, “Bissexualidade não existe”, é construído e presente dentro do próprio movimento homossexual, há que se perceber outros elementos que compõem esta afirmação e fazem dela algo tão recorrente. O fato de que, a ausência de bissexuais ativistas e atuantes, relatados pelos homossexuais, contribuiu para o descrédito da prática bissexual.

Por outro lado, os bissexuais contra-atacam dizendo que a possibilidade de gostar de ambos os sexos tornou a identidade bissexual mais complicada e vista como se sua sexualidade fosse sempre mais enérgica que as outras, e assim, esses indivíduos são vistos como incapazes de estabelecer uma identidade de luta. Já que estão preocupados em simplesmente satisfazerem os seus desejos sexuais, sem nenhuma causa ou princípio de resistência à opressão heterossexual.

Segundo os próprios coordenadores do Bis, tendo como referência suas experiências como bissexuais e diálogo com outros bissexuais, a incompreensão das

práticas bissexuais e a tentativa de criar uma identidade representacional, principalmente no caso dos homossexuais, fizeram da bissexualidade uma orientação inexistente ou, difícil demais de lidar para ser levada a sério. Isto pelo fato do movimento homossexual não conseguir escapar ao binarismo hetero/homossexual tão criticado, atualmente, por teóricos que defendem a implosão da oposição binária.

Além disso, os bissexuais alegam que as piadinhas referentes à indefinição e ambigüidade possuem um caráter de acusação. Relacionando a bissexualidade com a fraqueza de realmente tomar uma posição, como se os indivíduos envolvidos nas práticas bissexuais fossem incompletos, incapazes de falar de amor, fidelidade e relacionamento estável. Este clima de suspeita é relatado pelo Núcleo Bis como um atenuante que só viria a complicar ainda mais a situação dos bissexuais.

Essa concepção de que a bissexualidade não existe e mesmo que ainda se afirme que a própria identidade bissexual seja inexistente, não invalida as práticas bissexuais decorrentes em muitos relatos de indivíduos em um momento ou outro de suas trajetórias sexuais. E isso é um dos pontos em que os ativistas bissexuais tentam reverter, acreditando não somente na existência da bissexualidade, bem como, na possibilidade de articulação para uma identidade de luta.

Dentro desse contexto e levando em consideração que a bissexualidade apenas tem sido problematizada quando associada à disseminação do HIV/AIDS (Lago,1999; Facchini, 2005), principalmente a masculina, a análise dos dez mitos sobre a bissexualidade apresenta o que se fala sobre ela em um nível geral e do senso comum para rerepresentar o que os indivíduos bissexuais pensam sobre eles mesmos. De forma alguma se tem respostas exatas e indiscutíveis, mas explicações abertas que ajudam a entender melhor a sexualidade de forma múltipla.

## ***2.2. Bissexuais são emocionalmente imaturos e não sabem o que querem***

Essa é uma outra correlação com os bissexuais que remete a um outro discurso, o discurso do movimento homossexual. A esta acusação o Núcleo Bis responde que ser emocionalmente imaturo ou ficar em dúvida não é exclusividade dos bissexuais, mas acontece com qualquer pessoa, independente de sua orientação sexual. Não é uma característica inerente aos bissexuais. Aliás, outro fator que os bissexuais demonstram em suas falas é que a bissexualidade é apenas uma das várias orientações sexuais passíveis de identificação. Nesse sentido, para o Núcleo Bis é inaceitável que tanto os heterossexuais como os homossexuais exijam que eles, os bissexuais, se apresentem e se definam de uma forma socialmente aceitável segundo padrões homo ou heterossexuais. .

Como se percebe na fala do Núcleo Bis, isto é um outro fato que oprime ainda mais os bissexuais, pois, se já é complicado perceber que sua identidade sexual foge à identidade padrão, hegemônica, fica ainda mais difícil entender que a expressão dos seus desejos sexuais pode variar para ambos os sexos, no âmbito do movimento homossexual. Seja na resposta do informativo, seja no discurso dos coordenadores do Bis, a questão de se envolver com ambos os sexos não tem nada a ver com ser ou não imaturo, mas sim a disposição em perceber as relações sexuais além do gênero de cada indivíduo.

Embora fique perceptível que em suas práticas sexuais/sociais, assim como de outras orientações sexuais, a bissexualidade também está envolvida em relações de gênero e de poder, que podem definir ou não a intensidade do envolvimento. Ou seja, saber ou não quem ou o quê se quer pode parecer impreciso para todo tipo de pessoa, independente de sua identidade sexual. Como argumentou um dos coordenadores do Bis: “ *Cada relacionamento é uma experiência diferente e nova, não dá para saber se vai dar certo ou errado*” (Coordenador do Bis).

A percepção de diferentes identidades e expressões da sexualidade pode até gerar certo desconforto e confusão quando se trata de política e representação. E se pensarmos

melhor a bissexualidade não escapa a uma possível classificação. Ela não é vanguarda de uma prática sexual mais libertária, contudo, a inserção de indivíduos dentro do movimento homossexual que não compartilhavam seu único objeto de desejo, e assim, divergem quanto às suas práticas sexuais e sociais, fez com que o contexto das discussões se ampliasse. E isso proporcionou uma revisão do que estava sendo feito em termos de identidade representacional e definição de políticas e direitos civis. A própria abertura e estruturação de algumas Ongs homossexuais, divididas em núcleos e abrindo espaço para outras falas pode ser um bom exemplo disto.

### ***2.3 Bissexuais são promíscuos, eles/elas querem sexo e não compromisso***

Este é um outro mito que se relaciona de forma mais direta com o anterior e, em resposta a isso, o Núcleo Bis vai afirmar que a orientação sexual não determina que uma pessoa se envolva simultaneamente com mais de um parceiro/a. Isto, claro, não é uma pressuposição inventada pelo Núcleo Bis, mas que tem sua contextualidade nos próprios estudos sobre sexualidade que, ao percebê-la como construída e historicamente determinada, também confirmam que a orientação sexual tem sua relativa independência na construção daquilo que o sujeito vai se tornar.

Do lado da homossexualidade a promiscuidade atribuída a bissexualidade, segundo leitura do discurso homossexual feita pelos bissexuais, por mim contatados, e também segundo as falas de homossexuais, com os quais tive algum tipo de acesso, revelam que promiscuidade seria uma determinante da própria prática bissexual. Segundo o discurso homossexual, o fato de os bissexuais poderem se relacionar com ambos os sexos aumentam suas chances de conseguir parceiros para atividades sexuais que necessariamente não precisam firmar um compromisso mais estável. É como se a promiscuidade fosse um corolário da própria condição bissexual. Esta visão sobre os

bissexuais é compartilhada tanto pelos heteros quanto pelos homossexuais, segundo a qual os bissexuais têm mais oportunidades de encontrar parceiros, o que implicaria que os bissexuais estão muito mais ligados em sexos do que os eles.

Aliás, a promiscuidade pode acontecer com heteros, homo ou bissexuais. O que determina isso é o caráter de cada pessoa e não sua sexualidade. Uma outra coisa que é salientado pelo Núcleo Bis é que, estar aberto a se relacionar com ambos os sexos não significa que isso ocorra ao mesmo tempo, ou, sem nenhum envolvimento afetivo.

A fala dos coordenadores foi significativa ao afirmar, que, os conflitos emocionais existentes em suas relações eram comuns, mas isto exatamente por que a relação não implicava só em sexo ou prazer sexual, e sim havia envolvimento e degaste como qualquer outra relação afetiva.

#### ***2.4. Bissexuais sofrem menos preconceitos.***

Ao elencar que bissexuais sofrem menos preconceito, o Informativo Bis está respondendo ao discurso do movimento homossexual que se coloca como quem assume publicamente e está sujeito aos preconceitos sociais. Na verdade o que o Núcleo Bis vai apontar é que os bissexuais sofrem preconceitos tanto de homo como de heterossexuais, exatamente por acreditarem que a bissexualidade é sempre suspeita ou está em cima do muro (Giddens, 1993). Claro que isso não condiz com a opinião de todos os homossexuais ou heterossexuais, porém isso é um alvo de inúmeros piadinhas em relação a identidade bissexual. O preconceito contra homossexuais é diferente do preconceito contra bissexuais. Assim como as discriminações que atingem gays são diferenciadas daquelas que recaem sobre as lésbicas.

Na fala dos Coordenadores do Núcleo Bis o preconceito contra os bissexuais pode chegar ao ponto deles não conseguirem expressar suas idéias em plenárias, fóruns e encontros promovidos pelo movimento GLBT. Um dos coordenadores relatou, inclusive,

que em uma plenária assumiu a identidade gay para conseguir espaço. E segundo os coordenadores do Núcleo Bis o preconceito não pára por aí, até mesmo para conseguir passagens, ajuda de custo e financiamento de projetos, os bissexuais são inferiorizados.

E de outra forma o preconceito também está ligado a outras variáveis como raça/etnia, faixa etária, posição social, sexo. De maneira diferente a heteronormatividade marginaliza àqueles indivíduos que não seguem sua norma. Isso vale para outras formas de afetividade que também não correspondem ao padrão da família heterossexual. Existe preconceito contra lares sem pai, famílias chefiadas por mulheres, enfim, há ainda os travestis, transgêneros que também são marginalizados e excluídos (Bento, 2006).

Em uma entrevista que realizei com uma mulher, que se declarava bissexual, o preconceito, segundo ela, era mais presente no “meio homossexual”. Ela explicou isto pelo motivo de que, quando se relacionava com os homens, a fantasia de ir para cama com duas mulheres era mais forte e natural do que o preconceito, ou melhor, ele não via esta prática sexual como homossexualidade. Claro, se isto acontecesse com ele, já quando estava envolvida com uma mulher o ciúme o medo da perda pressionaria para que ela se definisse como lésbica.

***2.5. Bissexuais sofrem preconceito apenas quando têm relação sexual/afetiva com pessoas do mesmo sexo. Quando estão com pessoas do sexo oposto, não sofrem preconceito.***

Este mito remete ao mesmo discurso ao que se referencia o mito anterior. A isto os bissexuais se contrapõem afirmando que os bissexuais podem sofrer preconceito em todos os momentos da vida.

Ninguém tem o direito de dizer quem é ou não bissexual. A escolha por assumir-se de determinada maneira é uma decisão individual e deve ser respeitada. Mais um mito que os bissexuais tentam reverter, já que é muito comum escutar dentro do próprio movimento

homossexual, que a bissexualidade é simplesmente uma válvula de escape para àqueles que não conseguem assumir sua homossexualidade.

Acreditar que os bissexuais sofrem menos preconceito em uma relação hetero já é um indicativo da dificuldade de aceitação de uma sexualidade múltipla, onde as fantasias sexuais podem ser diversas e envolver desde pessoas a joguinhos de sedução (Louro, 2004). O trabalho de Seffner (2003), sobre identidade bissexual masculina revelou, que entre os homens com práticas bissexuais existe, ainda, uma representação da masculinidade muito forte que os faz renegar qualquer elemento que os aproxime da imagem do homossexual afeminado. E ao mesmo tempo, buscam demonstrar que as possibilidades de ter um caso com homens pode variar de carícias até um relacionamento fixo.

A relação entre corpo, identidade e sexualidade pode conduzir a política de um grupo minoritário, seja ele homo/bissexual ou transgênero, a uma temerária demarcação do desejo. Para o Núcleo Bis, assim como para outros núcleos a que tive contato, as identidades fechadas dão margem para outras exclusões e impede a percepção de que existem pessoas desejadas e desejantes. Isto abre um leque de possibilidades, tanto de identificação quanto de expressão do desejo. Porém, não podemos ignorar que, o próprio conceito de bissexualidade é uma categoria. Contudo, a política do Núcleo Bis apóia a construção de um sujeito político bissexual que valorize e lute pelas suas particularidades. O que não significa demarcar uma fronteira rígida em torno dela.

### ***2.6. Um homem bissexual vai deixá-lo por uma mulher e vice-versa. Não se pode confiar neles/as.***

A dinâmica de um bom relacionamento não está ligada à orientação sexual do/a companheiro/a. Ser trocado/a por outra pessoa é algo que pode ocorrer em qualquer

relacionamento. Essa resposta dada pelo Jornal Bis tenta demonstrar que a bissexualidade é uma possibilidade de orientação como outra qualquer e por isso, também está exposta a elementos emocionais, afetivos, sexuais que determinam uma relação. Há, neste sentido, uma outra matriz discursivo que não se situa num binarismo, um ou outro, presente na formulação do mito acima.

Segundo Seffner (2003), embora o trabalho dele se refira à identidade bissexual masculina, a bissexualidade deve ser entendida no plural, bissexualidades, onde existem diversas maneiras de representações e práticas. Se envolver com ambos os sexos, não significa trata-los como mercadorias de livre acesso nas prateleiras. O que os bissexuais reclamam, comumente, é a dificuldade de aceitação de que eles podem sim gostar de ambos os sexos e manter uma relação com compromisso.

Essa impressão dos bissexuais tem continuidade em outros mitos que afirmam a sua falta de compromisso e sua imaturidade. Contudo, isso vai depender de uma situação específica em que se encontra cada pessoa para assumir um relacionamento, seja hetero, homo ou bissexual.

Na reunião do Espaço B em São Paulo, na qual participei, cujo tema era fidelidade, a fala de um dos participantes expressa a dificuldade de se entender e viver a bissexualidade, assim como, o sigilo, as fachadas, e até mesmo concessões de certas práticas vão sendo inseridas para facilitar (ou não) a relação:

*“O meu namorado não se sente realizado sexualmente em apenas uma relação homossexual. Ele me diz que precisa se relacionar com mulheres, e eu aceito, embora não tenha a mesma necessidade” ( Fala de um dos participantes da reunião).*

Mesmo que ele tenha dito aceitar essa “necessidade” do namorado, é presente na sua fala a angústia de não satisfazer plenamente o parceiro. Assim, ele acaba aceito por medo de perdê-lo. Claro que isto, foi bastante discutido na reunião com muita veemência

em afirmar que, ter relacionamentos com ambos os sexos é uma coisa, justificar isto por uma necessidade quase intrínseca de transar com homens e mulheres é ter em conta as relações sexuais como algo simplesmente natural. O que ficou claro na reunião é que, a possível liberdade de expressar os desejos diferentemente da norma heterossexual não é pretexto para se relacionar com todo mundo.

No entanto, não é simples e nem livre de contradições o caminho que tenta articular identidade, representação e política. Ainda mais quando é notável a variedade de práticas sexuais, que não necessariamente condizem a uma identidade proclamada, mas que também fazem parte da parcela marginalizada por não se enquadrar na heterossexualidade. Essas várias demandas e esses “novos” sujeitos trazem consigo a força das diferenças em busca da justiça social. E, claro, isso não apenas ocorre em relação à sexualidade, mas outros aspectos identitários com suas variáveis culturais.

### ***2.7. Bissexuais espalham HIV/AIDS***

Sexo sem proteção espalha o HIV/AIDS e o compartilhamento de seringas e outros equipamentos no uso de drogas aumenta essa chance. Os ativistas bissexuais são taxativos ao afirmarem que todos nós estamos expostos ao vírus e que os bissexuais não fazem mais parte do chamado “grupo de risco”. No entanto, a acusação de que os homossexuais eram os responsáveis pela “peste gay”, mas foram os bissexuais que trouxeram a peste para o “mundo hetéro” e, esta última, ainda hoje está presente como sendo a bissexualidade a responsável.

A relação bissexualidade e HIV/AIDS pode se justificar pelo possível facilidade dos bissexuais transitarem em um ambiente homossexual sem necessariamente ter uma identidade gay, e, por outro lado, ter um “passe” livre no mundo heterossexual exatamente pelo fato de não querer agregar nenhum elemento homossexual. Isto é uma das justificativas que aparece na fala do coordenador do Bis, quando ele faz referência à

doença, enfatizando que a prevenção é justamente um dos objetivos do Núcleo Bis. Assim como o discurso responsabilizando os homo da “peste gay” e sua extensão para o ambiente hetero, pode ser analisada como uma construção discursiva onde se estabelece uma equivalência entre determinadas práticas e um fenômeno que necessariamente não está relacionada exclusivamente a elas, o que denota uma não aceitação dessas práticas inerente ao discurso heterossexual.

Em um estudo no Rio de Janeiro sobre bissexualidade masculina, Regina Lago (1999) avalia a vulnerabilidade dos bissexuais em relação ao HIV/AIDS e afirma que em relação aos heterossexuais e homossexuais, os bissexuais não apresentam indicadores mais altos. As atitudes de maior ou menor risco, perante a doença, estão presentes em todas as práticas, o que implica em talvez direcionar as mensagens de prevenção focando a prática e não tanto a identidade sexual.

Esse discurso de que os bissexuais foram os principais disseminadores do HIV/AIDS surgiu de certa forma para justificar a contaminação de mulheres e homens casados. A bissexualidade sempre esteve atrelada à disseminação da doença entre os heterossexuais e isso só prejudicou ainda mais a sua imagem perante a sociedade. No entanto, essa situação foi insuficientemente problematizada e hoje se sabe que qualquer pessoa que tenha relação sexual sem usar algum tipo de preservativo está exposta.

### ***2.8. São todos/as casados/as, enrustidos/as ou fazem swing***

A resposta do Núcleo Bis a essa pressuposição é que tanto heteros quanto homo ou bissexuais podem se envolver em relações extra-conjugais ou jogos de troca de casais, isso não quer dizer que todos/as se envolvam necessariamente. Eles ainda explicam que a incompreensão da bissexualidade faz com que suas práticas estejam sempre associadas “a orgias, putaria e sacanagem”.

Como já foi dito antes, a questão da promiscuidade, de se assumir ou não, independe da orientação sexual. Claro que a imagem do homem casado e com filhos procurando se relacionar com pessoas do mesmo sexo existe, mas isso não significa que a promiscuidade seja uma condição da bissexualidade.

Quanto ao fato de serem enrustidos ou de não se definirem, os bissexuais se defendem dizendo que são várias as críticas que escutam sobre sua orientação, acusando-os de serem “falsos definidos”. E mesmo que se assumam como bissexuais estarão sempre sob vigília, a espera que em algum momento eles se resolvam por um dos lados. Na fala de alguns homossexuais, a bissexualidade é apenas um estado transitório, como um estágio para a sexualidade se completar realmente (Seffner, 2003).

Tomando emprestado o discurso de um gay com o qual tive a oportunidade de conversar sobre a bissexualidade e entrevistá-lo a respeito de sua percepção sobre as práticas bissexuais, foi possível perceber que a imagem do bissexual é aquela do homem que esconde seus desejos homoeróticos, saindo à “caça” de homens na rua ou em outros lugares, mas socialmente mantendo a identidade de heterossexual. Claro que ele afirma tentar, atualmente, entender a bissexualidade como uma orientação legítima, mas explica que isso ainda gera muitas contradições dentro do movimento homossexual.

Por outro lado, a busca por um elemento definidor, uma sexualidade definida pode demonstrar uma estratégia de alinhamento, buscando sempre um grupo de pertencimento, o que aconteceu, principalmente, no início do movimento homossexual e também no movimento feminista. Quer dizer, a tentativa de fortalecer um grupo ou um movimento proclamando identidades bem construídas e delimitadas, já que a ambigüidade assusta e é bem mais difícil de ser aceita. Neste sentido, os valores tradicionais sobre gênero e sexualidade atuam fortemente para demarcar a mesma sexualidade que é entendida como desviante.

No entanto, pelo que pude observar em minha pesquisa, tanto o Núcleo Bis quanto o Espaço B, preferem defender uma identidade sem amarras, ou, de outra forma, buscar a articulação das identidades vistas como minorias sexuais para assim, conseguir mostrar para a sociedade a sua existência e lutar pelos seus direitos. A questão da identidade não fixada e demarcada prioritariamente fica bem clara na primeira fala da Coordenadora do Espaço B, ao iniciar a reunião:

*“Primeiramente queria dizer que não importa aqui saber a identidade ou orientação de cada um, apenas construir um espaço de debate onde todos têm o direito de se expressar” (Coordenadora do Espaço B).*

***2.9. Pessoas que se relacionam sexual/afetivamente com travestis, transexuais ou transgêneros são bissexuais ou procuram apenas esconder seu desejo pelo mesmo sexo.***

Não é possível afirmar que essas pessoas são bissexuais por causa disso. Há diversos motivos pelos quais alguém pode se sentir atraído(a) por uma pessoa trans. Além disso, travestis, transexuais e transgêneros também podem ser bissexuais. Uma outra proposta do Núcleo Bis é trabalhar em conjunto com os transexuais ou transgêneros, isto porque, como já foi afirmado em vários momentos, a bissexualidade é apenas mais uma possibilidade de orientação e identificação pessoal, não devendo ser entendida como uma entidade contida em si mesma.

Afirmar que uma pessoa que mudou de sexo pode ser bissexual parece confuso porque ainda não temos claro o que vem a ser identidade de gênero, identidade sexual e orientação sexual. Todas elas se relacionam, mas não necessariamente têm que seguir uma linearidade. Por exemplo, um homem que mudou de sexo e agora é uma mulher, anatomicamente e genericamente, pode muito bem se envolver com mulheres ou com homens. Por que o desejo não está ligado apenas aos órgãos genitais, mas sim às fantasias de cada um, ao corpo que lhe atrai ou não e muitos outros elementos.

Tanto no Núcleo Bis quanto no Espaço B a presença e participação das travestis e transexuais demonstrou ser de enorme importância para o movimento GLBT como um todo. Sempre a transexualidade e travestilidade foram citadas como aliadas desses grupos para fazer suas diferenças dentro do movimento homossexual. Visto que, também são identidades que estão buscando forças dentro do movimento.

Além disso, o Núcleo Bis aponta para certa aproximação da bissexualidade com as travestis e os/as transexuais. Isto porque, essas categorias, de certa forma, vão além do gênero, e desnaturalizam a própria sexualidade. Dentro do movimento homossexual, como é apontado pelo Bis, travestis e transexuais parecem ser um pouco mais abertos e menos preocupados em estabelecer fronteiras, embora também lutem pelas suas especificidades e formem um grupo.

***2.10. Bissexuais são melhores do que o resto da humanidade, são mais livres ou são o futuro em direção ao qual caminhamos.***

Mesmo que alguns bissexuais possam até fazer alusão a isso, também é um mito do ponto de vista do Núcleo Bis. E segundo os próprios ativistas bissexuais, eles não são melhores ou piores que ninguém, são pessoas como todas as outras, podendo ser chatas, inconsistentes, difíceis ou irritantes como qualquer um/uma. Quer dizer, as relações sexuais/sociais continuam dependentes da relação de confiança entre indivíduos numa relação. Alguns bissexuais podem até se intitular de moderninhos ou liberais, mas isso não é uma característica inerente, ou melhor, natural da bissexualidade.

De acordo com algumas narrativas analisadas por Seffner(2003), em sua pesquisa sobre bissexualidade masculina, os bissexuais sinalizariam para uma humanidade com maior liberação sexual. A justificativa é que, a bissexualidade romperia de forma mais contundente com as barreiras de gênero, pois o que importa é gostar de pessoas e não de seus sexos ou gêneros.

Claro que, por trás disso, existe a necessidade de romper com as barreiras e discriminação que os bissexuais acusam sofrer. Acreditar que a bissexualidade é uma evolução é uma maneira de dizer que ela pode ser melhor e assim, mais libertária. É também tentar escapar da norma e afirmar ser mais “moderninho”. Essa pressuposição poderia fazer com que as práticas bissexuais fossem aceitas sem muitos problemas, ou pelo menos, livre de algumas críticas, já que a bissexualidade seria o futuro.

O discurso de que a bissexualidade é o sexo do futuro é muito encontrado em salas de bate-papo na Internet ou em alguns fóruns de discussão. As pessoas, claro, podem pensar o que quiserem sobre as práticas bissexuais, no entanto, não é correto afirmar que ela seja a finalidade desejada por cada indivíduo. Ao contrário, diversas vezes é tida como contraditória e ambígua. Como conceito, identidade, prática social/sexual, a bissexualidade é construída coletivamente, o que demonstra a possibilidade de existência, mas não um fato dado e determinado.

Quando perguntei aos dois coordenadores do Bis, se a bissexualidade poderia ser uma categoria que romperia de forma mais contundente com a heteronormatividade, exatamente pela idéia de ambigüidade e sexo do futuro que algumas pessoas atribuíam a ela, a resposta de um dos coordenadores dá uma dimensão de uma identidade relacional e articulada com outras que venho tentando defender nesse trabalho:

*“Eu vejo a bissexualidade como uma outra categoria qualquer, que no momento parece causar mais curiosidade ou críticas. Mas daqui uns anos vão falar criticar outras categorias que possam surgir, como a androginia ou mesmo os queer” (Coordenadora do Bis).*

Tendo em vista todas essas pressuposições a respeito dos bissexuais a proposta adotada pelo Núcleo Bis é de educar as pessoas que se identificam com a bissexualidade e o próprio movimento homossexual na tentativa de encontrar apoio para os indivíduos

bissexuais. E assim, fortificar ainda mais o movimento contra a discriminação que sofrem todos àqueles que não correspondem ao padrão heterossexual.

Se o preconceito contra os bissexuais parte do próprio movimento homossexual, então é em relação a esse mesmo discurso que a problemática deve levantada e rebatida para que o movimento contra a homofobia não cometa os mesmos erros de uma sociedade onde a heterossexualidade é imposta e oprime quaisquer outros tipos de sexualidade. Tendo em vista isso, são vários os discursos e teorias que tentaram explicar uma sexualidade “desviante” tida como “normal”, considerando-as como patologia, falha de caráter, promiscuidade e outros adjetivos pejorativos.

As discussões atuais sobre sexualidade, não somente ligada à sociologia e à antropologia, mas bem como à área da saúde, tentam criar políticas e programas de assistência que tratem como iguais todos os cidadãos, independentemente de sua identidade ou orientação sexual, embora não se negue as especificidades de cada um. A articulação entre sociedade civil e Estado, assim como militância e trabalhos científicos podem levar a um outro discurso que não recorra ao essencialismo e à anormalidade para explicar a variedade de sentimentos, desejos, práticas e comportamentos que ensejam esses sujeitos.

### **3. A CONSTRUÇÃO DE UM SUJEITO POLÍTICO BISSEXUAL**

Ao longo desse trabalho a identidade vem sendo tomada como um ato político; assim a constituição de sujeitos que proclamam uma identidade compõe um movimento, uma interação que nunca deve partir de algo dado, natural, mas de condições específicas e historicamente construídas. Contudo, como já vimos em outras partes desse texto, as

políticas identitárias passam por um momento de questionamento quando um sujeito político tende a ser visto como universal. Por exemplo, o caso do homossexual e da mulher, categorias criadas para representar uma diversidade, mas que acabaram por determinar um tipo específico de sujeito.

O que surge agora no cenário são vários sujeitos que ampliam o foco da ação política. Existem (homo)sexualidades, vários tipos de mulheres e de diferenças culturais que também diversificam as demandas e exigências perante não somente o movimento homossexual, como também diante da sociedade. Fica a questão se a segmentação crescente dessas identidades podem fazer frente à identidade hegemônica que as oprime. Em outras palavras, o aparecimento de especificidades dentro do movimento homossexual, por exemplo, é importante, pois coloca em debate a própria dinâmica do grupo. Além da percepção de que outras pessoas compartilham das mesmas dificuldades.

No entanto, nem todas essas pessoas pretendem reclamar uma identidade política ou, pelo menos, não se encaixam na coletividade. Um outro ponto que se traduz bem, quando se fala em movimento social é como articular diversas especificidades em uma categoria que possa reivindicar direitos civis? E mais, como fazer efetivamente que essa representatividade seja positiva para o movimento por direitos sexuais?

Em se tratando da bissexualidade, a prática de se envolver com homens e mulheres teve, até certo ponto, um ideal de caráter libertador; transar com ambos os sexos demonstrava radicalmente a necessidade de rever os parâmetros impostos e, além disso, provocava tanto a hetero como a homossexualidade, perturbava as duas normas. Esse discurso foi difundido e até bem aceito antes, claro, da epidemia do HIV/AIDS, já que os bissexuais foram os principais suspeitos e acusados de espalharem a doença.

Como é apontado pelo próprio Núcleo Bis as piadinhas e brincadeiras envolvendo a bissexualidade, como por exemplo, gilete, indecisos, sem caráter, são

recorrentes, acentuando o seu aspecto de inexistência ou falta de coragem para assumir-se, na maioria dos casos, como homossexuais, por parte dos indivíduos que se envolvem com homens e mulheres. É muito comum escutar que os bissexuais são “gilete”, isto é, cortam para os dois lados, são gays enrustidos e não têm coragem de se assumirem, por isso são sujos, contaminando tanto a homossexualidade quanto a heterossexualidade.

A imagem do homem casado e com filhos que sai à procura de relacionamentos com pessoas do mesmo sexo foi, e ainda persiste em ser, a referência aos bissexuais. Um homem mal resolvido que não consegue se definir, que manipula e trai seus sentimentos e os dos outros também. Esse famoso indivíduo ainda é temido pelo movimento homossexual e universalizado para as práticas bissexuais. De fato, essa figura que sai à “caça” de homens em uma noite qualquer existe, mas isso não deve ser confundido com a possibilidade de existência de uma identidade bissexual.

A identidade bissexual tem a ver com a probabilidade de se relacionar com ambos os sexos, mas não implica que isso aconteça de forma obscura ou promíscua. Embora seja problemática a visibilidade dos bissexuais no movimento em favor dos direitos sexuais, isto não significa que eles não estejam presentes na luta. O reconhecimento da bissexualidade não atrapalha a luta e visibilidade dos gays e lésbicas. Ao contrário, a ampliação da diversidade sexual revigora a busca de cidadania por parte das minorias sexuais.

De acordo com o próprio Núcleo Bis, a militância e a vivência no movimento são importantes para a própria percepção de outras identidades e práticas sexuais existentes. Mesmo que alguns bissexuais, a exemplo de bissexuais com os quais tive a oportunidade de conversar, não se sintam à vontade para fazer parte do movimento, isso não é regra geral para todos os bissexuais. Nas listas de discussões, que tenho acompanhado, os debates geralmente estão em torno da representatividade da bissexualidade e de como

conseguir isso, fazendo com que os bissexuais participem das decisões em relação às minorias sexuais.

Por conta disso, alguns ativistas bissexuais vêm se organizando dentro do próprio movimento homossexual para garantir seu direito de argumentação e de criar uma base política que defenda suas características. Não é apenas o Núcleo Bis que tem defendido os bissexuais. O Espaço B, que funciona em São Paulo-SP, junto à associação de apoio da parada do orgulho GLBT de São Paulo, também propõe um espaço de discussão sobre bisexualidades.

O resultado dessa organização, mesmo que ela venha com a proposta de não restringir a fala apenas aos que se identifiquem como bissexuais, é o estímulo para que cada vez mais a discussão sobre bissexualidade apareça e novas identidades sexuais surjam na tentativa de discutir estratégias para combater a discriminação. Como já foi apontado anteriormente, o fator importante na organização dos bissexuais é a não pretensão em trabalhar isoladamente de outros grupos. Claro que isso é uma tática de fortalecimento e conquista de espaço, mas também proporciona a interação com diferentes pessoas e suas experiências sexuais.

É recente a inserção do segmento B, como sujeito político, no movimento GLBT, segundo Regina Facchini, foi formalmente incorporada a partir da iniciativa da Associação da Parada de Orgulho GLT (Gays, Lésbicas e Transgêneros), em 1998, com a participação do grupo Corsa de São Paulo (Cidadania, Orgulho, Respeito e Amor). Desde então, a sigla passou a ser GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros).<sup>4</sup> Ainda assim, de acordo com a própria Facchini, os ativistas bissexuais continuavam a ter sua

---

<sup>4</sup> Essa referência sobre a incorporação da letra B pode ser verificada no texto de Regina Facchini: Bissexualidades: avanços no II encontro paulista GLBT (agosto de 2004).

identidade bissexual invisibilizada, mesmo dentro do movimento homossexual e os adjetivos pejorativos ainda se faziam presentes no cotidiano das atividades do movimento.

As discussões sobre a bissexualidade permaneceram e, ainda permanecem, precárias no interior daquele movimento. Um dos pontos mais criticados pelos ativistas bissexuais e pelo próprio Núcleo Bis é a falta de debate sobre a bissexualidade e a representação desses indivíduos, que não é levada a sério nos encontros, plenárias e fóruns que o movimento organiza. A realização de alguns debates tem sido feitas através de listas na Internet, onde os bissexuais podem colocar em pauta as suas principais exigências e, claro, fazer com que suas reivindicações cheguem a ser discutidas no movimento em favor das minorias sexuais.

O estímulo à discussão do tema bissexualidade é uma das questões mais reivindicadas pelos bissexuais. Isto porque muito do que se diz em relação aos bissexuais vem de dentro do movimento homossexual. E essa é também uma das principais questões da minha pesquisa, isto é, como a identidade bissexual e assim, a bissexualidade, é entendida no movimento contra a homofobia. O movimento homossexual tem se ampliado em favor da diversidade sexual, isto é fato, mas as resistências a uma identidade que não crie um “tipo comum” são grandes e constrói mais marginalizações.

Neste sentido as falas dos coordenadores do Núcleo Bis, com os quais tive contato, foram enfáticos ao relatar a discriminação que sofrem dos próprios homossexuais. Aliás, as disputas internas dentro do movimento homossexual, e dos vários núcleos que se originam dele não é novidade. Ao estudar a dinâmica do movimento homossexual da década de 1990, Regina Facchini (2005) demonstra como as decisões internas, ligadas à identidade, representação e conquista de espaço público, são cheias de indecisões e antagonismos e que isso pode acabar refletindo na imagem do movimento.

A interpretação dos vários discursos que permeiam a construção de uma identidade e, de certa forma, de uma imagem que a represente mostra a dificuldade que os bissexuais têm em relação à sua visibilidade. Em paralelo a isso, os ativistas bissexuais tentam articular-se, mesmo que informalmente, para expandir um conceito de bissexualidade que não venha atravessado pela negatividade e possa assumir estratégias de militância. O reconhecimento da bissexualidade, dentro do movimento homossexual, é importante para ampliar a idéia de diversidade sexual e lança mais uma base de argumentação em favor das minorias sexuais.

Um ponto comum que existe entre as minorias sexuais, partir do qual pode ser identificado uma cadeia de equivalência, é a contraposição à heteronormatividade, que os oprime e classifica as suas práticas sexuais/sociais como marginais e ilegítimas. Isso não implica na afirmação de que a heterossexualidade deve ser banida ou também excluída do convívio social, ao contrário a luta contra a homofobia, de forma geral, não enxerga os heterossexuais como inimigos. O que não é permitido é que uma identidade eleita como a única possível de ser realizada socialmente relegue as outras à exclusão. Essa é uma grande luta das minorias sexuais.

No caso específico da bissexualidade, a aparente invisibilidade de indivíduos que se declaram bissexuais fez com que durante muito tempo essa prática fosse tida como inexistente, ou como simplesmente uma condição da homossexualidade, já que esses indivíduos não tinham coragem de se assumir como gays. Como já foi explicitado diversas vezes nesse trabalho, o discurso negativista em relação à bissexualidade influencia na afirmação de uma identidade bissexual, o fato da bissexualidade ser vista como suspeita, indecisa ou uma suposta falha de caráter de quem a pratica, faz com que os indivíduos se sintam menos à vontade em declarar uma identidade bissexual.

No entanto, a proclamação de qualquer identidade faz parte de um processo de identificação e também representação. Quer dizer, representar pode significar hierarquizar: o que entra ou não em uma política de representação também é valorativo e assim, emite significados de importância. É por isso, que não se pode deixar de pensar que a afirmação de uma identidade, tendo em vista sua orientação sexual, é algo construído e nunca determinado. A bissexualidade, como todas as outras categorias, faz parte desse contínuo de inclusão/ exclusão, o que a torna importante nesse trabalho é inseri-la numa representação de sexualidade múltipla e aberta a outras expressões do desejo.

Pelo que ficou demonstrado, durante a pesquisa de campo junto ao Núcleo Bis e com algumas relações ao Espaço B, foi a tentativa de articular uma identidade bissexual. Salvo algumas exceções, procura-se não definir uma fronteira rígida entre o que é bi ou não é. As reuniões são abertas a qualquer pessoa. A estratégia é articular identidades e indivíduos que possam discutir, construir e defender uma sexualidade (e também uma sociedade) mais igualitária e menos reguladora. Em outras palavras, perceber as especificidades de cada sujeito que reivindica seus direitos não está à margem de uma luta mais ampla que faz de cada sujeito/objeto de transformação social.

A criação de grupos ou redes de apoio, que se propõem a lidar com as identidades consideradas marginais, tem sido importante para tentar diminuir a vulnerabilidade em que esses indivíduos estão imersos. É um espaço que se pode falar livremente de seus anseios e dúvidas, não apenas sobre sexualidade, mas de suas vivências em outros espaços de sociabilidade. Abrir um espaço de trocas de experiências, discutindo coletivamente o que esses indivíduos têm em comum ou de diferente, colabora para a abertura de uma

discussão pública que supere o isolamento individual, mas que, ao mesmo tempo tenha as individualidades como ponto de partida para as demandas<sup>5</sup>.

Os temas das reuniões, como por exemplo, do Núcleo Bis, claro, estão dentro da temática da bissexualidade, procurando estabelecer uma relação de confiança e até mesmo cumplicidade com os indivíduos que se declaram bissexual. Contudo, todos têm a possibilidade de expor o seu ponto de vista e de participar contextualmente para as temáticas das próximas reuniões. Essa é uma metodologia que demonstrou ser interessante, porque, embora as reuniões tenham um planejamento e um processo traçado para conseguir espaço dentro do movimento, isso não impede que os participantes, bissexuais ou não, compartilhem a elaboração desses projetos.

Quando é utilizada a análise do discurso para apreender a concepção do movimento homossexual e dos próprios bissexuais, em relação à bissexualidade, a preocupação é como, através das pautas reivindicadas por esses movimentos surge uma representatividade através de um sujeito político, ou, ao menos, se as práticas bissexuais são contempladas nas discussões sobre direitos sexuais e humanos e pela livre orientação sexual. Tendo em vista que essa possível representação é algo recente e resultado de demandas, que ocorrem na prática, já não podem mais ser tratadas como menos importantes.

Nesta perspectiva, não se trata de examinar um corpus como se tivesse sido produzido por um determinado sujeito, mas de considerar sua enunciação como o correlato de uma certa posição sócio-histórica na qual os enunciadores se revelam substituíveis ( Maingueneau, 1993, p. 14).

No caso do movimento GLBT, as questões traçadas, concernentes à diversidade sexual, têm ampliado o leque de possíveis identidades e organizado eventos e fóruns de debates que pressionam a sociedade para a legitimidade dessas práticas. Isso porque, de

---

<sup>5</sup> Discussão encontrada no site: <http://www.paradasp.org.br/modules/articles/article.php?id=22>

forma implícita ou explícita, essas questões nunca representam um só sujeito ou um só discurso. Ao invés disso, são constituídos por diferentes contextos e diversas falas que buscam se sobressair e possuir representatividade.

Dentro desse contexto, uma identidade bissexual política que busca espaço para reivindicar seus direitos não pode estar afastada da diversidade sexual que compõe todo o movimento GLBT. E por outro lado, é preciso conquistar uma relação de confiança dentro do movimento para ganhar esse mesmo espaço. A relação entre a construção de uma identidade coletiva e uma identidade individual se torna, além de crucial, um estímulo para fortalecer a aceitação da bissexualidade e reverter isso para uma estratégia política que, mesmo baseada na diferença, propicie articulação e organização de eventos que lutem contra a desigualdade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando o discurso sobre sexualidade e, principalmente, sobre as práticas sexuais consideradas por um longo tempo como desviantes e anormais começa a tratar das “anormalidades” em seus estudos, colocando-as como objetos de análise e demonstrando a sua existência mais que comum nas relações sociais, outros discursos começam a surgir de diferentes ângulos e visões. E isso tem alterado a forma de pensar a sexualidade (Heilborn, 1999).

Ao longo desse texto, a sexualidade foi trabalhada como social e historicamente construída e de interesse em diversas áreas, como na antropologia, na sociologia, na saúde, na psicologia e outras. Sendo assim, uma diversidade de discursos foi aparecendo e buscando legitimidade perante a Ciência de uma maneira geral. Quando a sexualidade passa a se desvincular simplesmente da reprodução biológica e ganha aspectos sociais e culturais, a forma de se relacionar com o próprio corpo, de perceber a expressão do desejo e outras vivências sexuais, começa a ser colocada em pauta como assunto relevante ao convívio social.

Em se tratando de práticas sexuais/sociais, consideradas ilegítimas, isto é, que não correspondam à heterossexualidade, o que foi dito, e ainda é dito, colaborou para torná-las ainda mais marginalizadas e “invisíveis” à medida que eram contrapostas a uma sexualidade normal e legítima. No entanto, isso não fez com que tais práticas deixassem de existir. Ao contrário, o debate em busca de aceitação tem ampliado e cada vez mais se fortalece na luta contra a homofobia. Um bom exemplo disso são as paradas gays; mesmo que muito se diga do cenário de festa, não se pode negar que a presença de milhares de

peçoas, levantando a bandeira a favor da diversidade sexual, é um ato político expressivo.

De fato, é necessário muito mais do que uma passeata para cobrar da sociedade direitos civis. A fomentação de listas de discussão, fóruns, plenárias, grupos possibilitam de maneira mais efetiva a concretização desses direitos. Neste sentido, a identidade coletiva, tendo como objetivo forçar respostas políticas para garantir os direitos dessas minorias, tem eficácia quando se trata de expor as desigualdades e violências sofridas por elas. Um outro ponto que o movimento GLBT procura incentivar são os estudos a respeito da violência vivida por esses indivíduos. A ausência de dados somente omite a repressão e colabora para que as práticas sexuais, que não façam parte da norma, sejam restritas a determinados ciclos de convivências.<sup>6</sup>

A violência e discriminação recorrentes nas práticas subversivas não é um fato novo. Autores como Foucault, Rubin e outros enfocaram suas análises na regulamentação da sexualidade, fazendo com que ela fosse uma simples extensão da biologia e, assim, qualquer expressão de desejo, que não fizesse parte do considerado normal, era punido. De forma mais enfática, Gayle Rubin vai trazer essa discussão do sexo bom e ruim, ou seja, como um tipo de moralidade sexual se apropria do discurso médico, psicológico e religioso, para justificar o que pode e não pode ser feito e dito em se tratando da sexualidade (Rubin, 1989).

A aparição de novos indivíduos eróticos, com outras orientações sexuais e expressões do desejo, requer o desenvolvimento de uma outra “ética” social, isto é, perceber esses desejos e esses indivíduos não como doentes ou anormais, mas sim enxergar a variedade sexual de maneira benigna e acreditar que as fantasias sexuais, que

---

<sup>6</sup> Para uma melhor discussão sobre a violência e homofobia ver:  
<http://www.paradasp.org.br/modules/articles/article.php?id=23>

nos parecem incomuns e incompreensíveis, podem gerar prazer para muitos outros indivíduos (Rubin, 1989).

O trabalho de Gayle Rubin sobre sexualidade é interessante porque ela vai explicitar, de forma clara, como a sexualidade é estratificada a partir do que é considerado sexo bom ou sexo ruim. Isso, claro, tendo em vista que a compreensão das práticas sexuais é validada por alguma justificativa como reprodução e matrimônio, aquele que não seguir essa característica é inferiorizado. Assim, a autora vai construir uma hierarquia tendo em vista as práticas sexuais (Rubin, 1989).

Neste sentido, o topo da hierarquia é preenchido, claro, pelos heterossexuais casados e monogâmicos, em seguida os heterossexuais comprometidos, mas não casados, na mesma linha os heterossexuais, não comprometidos, e os gays e lésbicas monogâmicos. Descendo a pirâmide encontram-se os gays e lésbicas não comprometidos, as travestis, os fetichistas, transexuais, sadomasoquistas e as relações intergeracionais. O interessante é que os bissexuais sequer aparecem na pirâmide, mas dá para ter uma noção de que eles fazem parte do pior da hierarquia.<sup>7</sup>

Aliás, a aparente invisibilidade dos bissexuais foi algo bastante comentado ao longo desta pesquisa. Isto porque, de certa forma, a questão de se identificar ou não como bissexual delimita o modo de como a bissexualidade é aceita dentro movimento homossexual. A ausência de ativistas bissexuais, ou simplesmente de indivíduos que se identifiquem enquanto tais, é uma das críticas mais ferrenhas que os homossexuais atribuem à bissexualidade.

No entanto, o olhar de desconfiança e suspeita que torna a bissexualidade desacreditável, enquanto identidade e prática sexual, colabora para que eles se sintam

---

<sup>7</sup> Para visualizar melhor os gráficos acerca dessa discussão ver: Reflexionando sobre el sexo: notas para uma teoria radical de la sexualidad

acuados em se assumirem. Como ficou muito presente, a bissexualidade, por parecer ser uma categoria intermediária entre a hetero e homossexualidade, permaneceu marginal e obscura, vista apenas como uma variação do desejo heterossexual.

No campo dos estudos sobre a sexualidade, são raras as referências à bissexualidade; ela permanece como um termo ambíguo, sendo que no entendimento de alguns, como Garber (1997), sequer deveria ser uma categoria. Para a autora, a premência social para a fixação da identidade como homo ou heterossexual não permite o reconhecimento da existência da real da bissexualidade. No entanto, a visibilidade social pretendida por Garber não é a da bissexualidade como mais uma orientação sexual, e sim como uma 'sexualidade que desfaz a orientação sexual como categoria', questionando a dualidade homo/heterossexual em vigor: 'uma identidade' que confunde a própria categoria identidade (Apud: Lago, 1999, p.159).

Na tese de doutoramento de Fernando Seffner (2003), sobre bissexualidade masculina, as entrevistas relatadas revelam claramente o medo dos bissexuais de se assumirem perante o movimento homossexual, mas também na sociedade. Assim suas relações sexuais acabam sendo marcadas pelo silêncio e pelo sigilo. Contudo, isso faz parte de uma representação de masculinidade que tenta afastar algumas imagens dos homossexuais masculinos, como afeminados, bichas, maricas e outros.

Não foi intenção, nessa pesquisa, defender ou justificar certas práticas sexuais, mas sim, apontar algumas representações que estão por trás da bissexualidade, e até mesmo da sexualidade de forma geral. Até mesmo porque, não apenas os bissexuais, outras identidades e práticas funcionam através da relação ativo/passivo. Ou seja, as categorias hierárquicas de gênero ainda são válidas para determinar as relações sexuais.

O que se pode apontar nessas considerações finais é o de chamar a atenção para a possibilidade de uma identidade bissexual atuante no cenário político e na luta contra a discriminação, mesmo que ela ainda esteja buscando um local de pertencimento. Isto levando em consideração os relatos dos próprios bissexuais quanto à resistência do movimento GLBT em fazer valer suas opiniões.

Por outro lado, a ausência da bissexualidade e sua invisibilidade, perante as reivindicações contra a homofobia, contribuíram para que os homossexuais os taxassem de indecisos e vissem sua presença (quando ela acontecia) de maneira duvidosa. Aliás, o anonimato dos bissexuais sempre incomodou o movimento e impossibilitou sua plena aceitação nas decisões.

Ao longo deste trabalho tentei demonstrar como as implicações que a bissexualidade, como orientação sexual, levanta dentro do movimento homossexual se tomarmos a identidade e também a própria prática sexual como um processo único e linear. Isto é, a demarcação de uma prática e/ou identidade sexual, tendo em vista o binarismo homem/mulher, homossexual/heterossexual, criou uma armadilha para a própria política de representação. Já que afirmar que pode ou não estar dentro dessa classificação excluiu indivíduos com práticas sexuais comuns, mas com identidades diferentes.

É claro, e como já foi afirmado neste trabalho, a representação em torno de uma identidade comum não é simples, por isso, o que parece estar em pauta, atualmente, no movimento em favor das minorias sexuais é até estabelecer um lugar de pertencimento e de luta, mas sem que isso seja construído subjugando uma prática à outra. Em outras palavras, buscar legitimidade para a homossexualidade masculina ou feminina não pode ser conduzida de forma a marginalizar outras práticas sexuais. Ao contrário, demonstrar que a homossexualidade é tão legítima quanto a heterossexualidade é mostrar outras formas de expressão do desejo que também buscam aceitação. É então, dentro deste contexto que eu tentei inserir a bissexualidade.

Diante dessas questões, e longe de chegar a qualquer conclusão sobre a bissexualidade, fica o desafio de conviver, ou melhor, articular as minorias sexuais sem deslegitimar suas especificidades. Mas, ao mesmo tempo, fortalecer o embate contra a

opressão e esclarecer a sociedade sobre uma sexualidade mais livre e igualitária. Promover políticas de identidades e também políticas públicas, principalmente na área da saúde, que incluam essas práticas sexuais sem fazer delas algo anormal.

Em relação à bissexualidade e suas práticas, há mais indagações do que respostas, porém é necessário pensar nas relações que envolvem gênero, identidade, faixa etária, posição social e todos os estigmas que marcam os indivíduos por não corresponderem à norma heterossexual. Se assumir ou não bissexual pode ser um jogo constante, onde nem sempre afirmar uma identidade significa ser mais respeitado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BABBIE, Earl. (1999). Métodos de pesquisas de Survey. Tradução de Guilherme Cezarino. Belo Horizonte. Ed. UFMG.
- BAUMAN, Zygmunt (2005). Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro : Jorge Zahar.
- BENTO, Berenice (2006). A reinvenção do corpo – Sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Gramond.
- BERLANT, L., WARNER M. Sexo en público (2002). In: Sexualidades transgressoras- uma antologia de estudos queer.
- BONDI, Liz (1999). Localizar as políticas da identidade. In: Cidadania e feminismo. Debate Feminista.
- BOZÓN, Michel. Sexualidade e conjugalidade: A redefinição das relações de gênero na França contemporânea: Paris, PVF, 2001, p. 239-59.
- BRITZMAN, Deborah. "O que é esta coisa chamada amor - identidade homossexual, educação e currículo". Educação e Realidade, v. 21 (1), p. 71-96, jan./jun. 1996.
- BUTLER, Judith. (2003). Problemas de Gênero-feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, Capítulo I.
- CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. In: A era da Informação. Vol 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- COSTA, Cláudia de Lima (2002). O sujeito no feminismo: revisitando os debates. In: Cadernos Pagu, nº19.
- COSTA, Jurandir Freire (1992). A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo. Rio de Janeiro: Relume – Dumará.
- FACCHINI, Regina (2005). Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Editado pelo CLAM.
- FAIRCLOUGH, Norman. (2001). Discurso e mudança social. Brasília: UNB.
- FOUCAULT, Michel. (1988). História da Sexualidade: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- FURLANI, Jimena (2005). Políticas identitárias na educação sexual. In: Movimentos Sociais, educação e sexualidade. Grossi, Pillar Mirim (orgs. [etal]). Rio de Janeiro: Garamond.
- GARBER, Marjorie (1997). Vice – Versa: Bissexualidade e erotismo na vida cotidiana. Rio de Janeiro: Record.
- GIDDENS, Anthony (1993). A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora da USP.
- HALPERIN, David (2000). San Foucault – Para una hagiografía gay. Ediciones Lietrales. Edelp. Argentina.
- HALL, Stuart (2000). Quem precisa da identidade?. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HARAWAY, Donna J. (2000). Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). Antropologia do ciborgue: As vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica.
- HEILBORN, Maria Luiza.(1999).Construção de si, gênero e sexualidade. In: HEILBORN, Maria Luiza (org.). Sexualidade: o olhar das ciências sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- LACLAU, E. (2005). Inclusão, exclusão e a construção de identidades. Tradução Joanildo Burity. In: Inclusão Social identidade e diferença – perspectivas pós- estruturalistas de análise social. Amaral Jr., Aécio. Burity, Joanildo A. (orgs.). São Paulo: Annablume.
- LAGO, R. F. do. Bissexualidade Masculina: dilemas de construção de identidade sexual. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1999, Texto digitado.
- LOURO, Guacira Lopes (Org). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- LOURO, Guacira. (2004). Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica.
- MANGUENEAU, Dominique. (1993). Novas tendências em análise do discurso. Campinas: Pontes.
- MELLO, Luiz (1999). Família no Brasil dos anos 90: um estudo sobre construção social da conjugalidade homossexual. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, mimeo.
- MINAYO, M.C.S. (1991). O desafio do conhecimento. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco.
- MORRIS, Marla (2005). El pie zurdo de Dante pone en marcha la teoría queer. In: Pensando queer – sexualidad, cultura y educación. Shirley R. Steinberg (ed.) Espanha.
- MUTZENBERG, Remo (2006). Sociedade, uma totalidade precária que inclui e exclui. In: Inclusão Social identidade e diferença – perspectivas pós- estruturalistas de análise social. Amaral Jr., Aécio. Burity, Joanildo A. (orgs.). São Paulo: Annablume.
- PLACER, F. González (1998). Identidade, diferença e indeferência – o si mesmo como obstáculo. In: LARROSA, Jorge e LARA, Nuria Pérez (orgs.). Imagens do outro. Petrópolis, RJ: Vozes, pp. 135-151.
- ORLANDI, E. P. (1996). Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes.
- PARKER, Richard G. (1991). Corpos, prazeres e paixões: a cultural sexual no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora Best Seller.
- PHILIPPI, Jeanine N. (2005). Considerações sobre a sexualidade humana. In: Movimentos Sociais, educação e sexualidade. Grossi, Pillar Mirim (orgs. [etal]). Rio de Janeiro: Garamond.
- PRECIADO, Beatriz (2002). Manifiesto contra-sexual. Madrid, Editorial Obra Prima.
- RUBIN, Gayle (1993). Tráfego de mulheres: notas sobre a economia política do sexo. S.O.S. Corpo, Recife.
- RUBIN, Gayle (1989). Reflexionado sobre el sexo: notas para uma teoria radical de la sexualidad. In: VANCE, Carole (org). Placer y peligro- Explorando la sexualidad femenina. Madrid: Revolución.
- SEFFNER, Fernando (2003). Derivas da masculinidade: representação, identidade e diferença na masculinidade bissexual. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mimeo.
- SEFFNER, Fernando. Representações da masculinidade bissexual: um estudo a partir dos informantes da rede bis-Brasil. In: CÁCERES, CARLOS F. e outros (editores). Ciudadanía sexual en América Latina: abriendo el debate. Perú: Universidade Peruana Cayetano Heredia, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

WEBER, Max (2000). *Relações Comunitárias Étnicas*. In: Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Vol. 1. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília.



**1. Bissexualidade não existe**

O que existe é a identidade bissexual. O que existem são pessoas que tem desejos, comportamentos e/ou identidades sexuais marcados pelo fato de não estarem voltados a apenas um dos sexos.

**2. Bissexuais são emocionalmente imaturos e não sabem o que querem.**

Ser emocionalmente imaturo ou ficar em dúvida acontece com qualquer pessoa independente de sua orientação sexual. Não é uma característica inerente à bissexuais.

**3. Bissexuais são promíscuos, eles/elas querem sexo e não compromisso.**

A orientação sexual não determina que uma pessoa se envolverá simultaneamente com mais de um parceiro/a.

**4. Bissexuais sofrem menos preconceito.**

O preconceito contra homossexuais é diferente do preconceito contra bissexuais. Assim como a discriminação que atinge gays são diferenciadas daquelas que recaem sobre lésbicas.

**5. Bissexuais sofrem preconceito apenas quando têm relação sexual/afetiva com pessoas do mesmo sexo. Quando estão com pessoas do sexo oposto, não sofrem preconceito.**

Bissexuais podem sofrer preconceito em todos os momentos da vida. Ninguém tem o direito de dizer quem é ou não bissexual. A escolha por

assumir-se de determinada maneira é uma decisão individual e deve ser respeitada.

**6. Um homem bissexual vai deixá-lo por uma mulher e vice-versa. Não se pode confiar neles/as.**

A dinâmica de um bom relacionamento não está ligada à orientação sexual do/a companheir/a. Ser "trocado/a" por outra pessoa é algo que pode ocorrer em qualquer relacionamento.

**7. Bissexuais espalham HIV/AIDS**

Sexo sem proteção espalha o HIV/AIDS e o compartilhamento de seringas e outros equipamentos no uso de drogas aumenta essa chance.

**8. São todos/as casados/as, enrustidos/las ou fazem swing.**

Héteros, homo ou bis também podem se envolver em relações extra-conjugais ou jogos de troca de casais, isso não quer dizer que todos/as se envolvam necessariamente.

**9. Pessoas que relacionam se sexual/afetivamente com travestis, transexuais ou transgêneros são bissexuais ou procuraram apenas esconder seu desejo pelo mesmo sexo.**

Não é possível afirmar que essas pessoas são bissexuais por causa disso. Há diversos motivos pelos quais alguém pode se sentir atraído/a por uma pessoa trans. Além disso, travestis, transexuais e transgêneros também podem ser bissexuais. Lembre-se: *identidade de gênero não tem nada a ver com orientação sexual.*

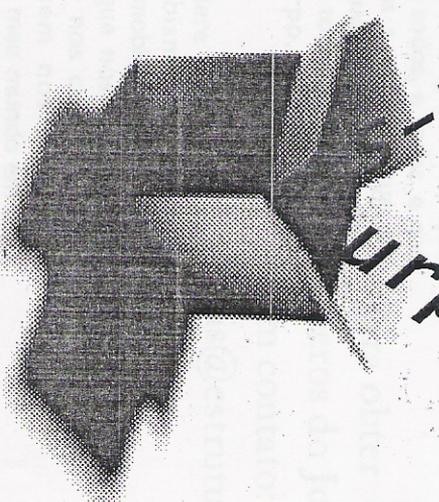
**10. Bissexuais são melhores do que o resto da humanidade, são mais livres ou são o futuro em direção ao qual caminhamos.**

Isso também é um mito. Bissexuais não são melhores ou piores que ninguém, são pessoas como todas as outras; podendo ser chatas, inconsistentes, difíceis e irritantes como qualquer um/uma.

# JORNAL BIS

Informativo do BIS - Núcleo de Bissexuais do Estruturção

surpreenda-se



# Repensando

parte II

Camellero

por Mauro Cabral  
Tradução: Alexandra Martins

**3) “A terra deixa de ser terra e tende a transformar-se num simples solo ou suporte”.**

**O. Deleuze e F. Guattari**

Uma noite, no meio de uma oficina sobre

transgêneros, uma pessoa me questionou se tudo aquilo que eu dizia sobre mim mesmo era certo, então já não sabia como insultar me... Depois de tudo, eu já havia sido uma mulher, e havia amado mulheres e homens; e agora dizia já não ser uma mulher, e tinha nome e voz de homem, e continuava dizendo amar homens e mulheres. Todas as interseções são certas, na hora eu pensei, ainda que nenhuma verdade seja o todo, de uma postura transgênera radical; requerer a bissexualidade carece de sentido do mesmo modo que carece de sentido a hetero e a homossexualidade, os “homens” e as “mulheres”, as leis do desejo e dos desejos ilegítimos, as atribuições de indecisão, de monstruosidade... e seus instintos.

O perigo do exterior é do triunfo da contingência sobre a necessidade, que parece governá-lo através de uma lógica. Infalível? A que relaciona, necessariamente, corpo, identidade e listas agregando uma tal sexualidade

colhida também em fins necessários. (Se tem este corpo, necessariamente es uma mulher; se es uma mulher, necessariamente deverá atrair os homens; ou te atrairão as mulheres e, necessariamente, aí termina as opções).

Apresentar se como transgênero e bissexual é expressar o fim de toda necessidade, com um mesmo e com os outros; ser com, contra, apesar, sem demora, o corpo e os demais corpos; implica articular o desejo temerariamente com outras cadeias contingentes de identidade em dispersão, nem “homens”, nem “mulheres” de identidades fechadas, melhor (e por sorte): pessoas desejadas e desejantes.

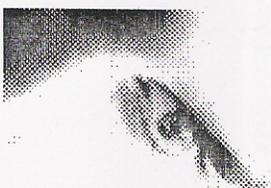
**4) “Mas ainda não sabemos muito bem o que significa o múltiplo quando cesa de ser atribuído, quero dizer, quando é elevado ao estado de substantivo.”**

**G. Deleuze e F. Guattari**

Há quem considere que viver dessa maneira transgênericamente bissexual não é saudável; que é uma escolha errada, se é que tal coisa se escolhe; que é um destino ruim, se é que o karma o dispõe.

Há quem considere que a margem da patologia está muito próximo, que queremos tudo, e todos, e todas, e que estamos dispostos a tudo porque, no fim das contas, queremos ser Tudo e somos capazes de todas as Traições, ao Gênero, ao Corpo, ao Desejo e a Parmênides.

Há quem considere a bissexualidade como um esnobismo de moda e transgênero um esnobismo ainda maior, há quem supõe que nos decidiremos algum dia; quem nos compare com Peter Pan e quem nos adverte com ferocidade: deixa meu mundo em paz. Indubitavelmente há também quem nos compreende, e quem dialoga conosco



enquanto vão construindo sua compreensão com o tempo; quem nos escolhe como amigos, companheiros e amantes; quem nos sonha ou sonhamos; quem nos aguarda apesar de tudo, porque assim somos. Neste mesmo momento, em algum lugar, também está a pessoa que eu amo; as vezes em meio a uma festa, apoio me contra uma coluna e ver sua figura de longe, dançando; e então outra vez, novamente, escolho viver em meu bi/trans mundo, e nos múltiplos e diversos caminhos que nos constituem, que nos cerca e nos separam, convencido de que, tal como certificam meus amigos, estamos segmentarizados por todas as partes e em todas as direções.

Mauro Cabral é bissexual, transgênero, integrante do grupo *Las Iguanas* (Córdoba, Argentina) e coordenador do programa *Thinking Trans*.

Para obter os outros números do **Jornal Bis**, entre em contato:

[bis@estruturacao.org.br](mailto:bis@estruturacao.org.br)

**Cavalcanti, Camila Dias**

**Visíveis e invisíveis: práticas e identidade bissexual. – Recife: O Autor, 2007.**

**106 folhas.**

**Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia. Recife, 2007.**

**Inclui bibliografia e anexo.**

**1. Bissexualidade – Aspectos sociais. 2. Orientação – Identidade Sexual 3. Minorias sexuais – Sociologia. I. Título.**

**392.6**

**CDU (2. ed.)**

**UFPE**

**BCFCH2007/36**

**155.334**

**CDD (22. ed.)**

